

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO
HUMANA

FRANCIELE REGINA DEMARCHI

“MAS EU NÃO SOU UM AGRESSOR”!:
uma análise das expressões de masculinidades e violências no grupo de reflexão
CERAV - Sorocaba - SP

SOROCABA

2022

FRANCIELE REGINA DEMARCHI

“MAS EU NÃO SOU UM AGRESSOR!”:

uma análise das expressões de masculinidades e violências no grupo de reflexão

CERAV - Sorocaba - SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* Sorocaba, como exigência para obtenção do título de Mestre em Estudos da Condição Humana.

Área de concentração: Condição Humana na Contemporaneidade

Linha de Pesquisa 1: Sujeitos de Discursos, Narrativas e Mobilidades.

Orientadora: Profa. Dra. Vanda Aparecida da Silva

SOROCABA

2022

Demarchi, Franciele Regina

"Mas eu não sou um agressor"!:: uma análise das expressões de masculinidades e violências no grupo de reflexão CERAV - Sorocaba - SP / Franciele Regina Demarchi -- 2022.
90f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Vanda Aparecida da Silva
Banca Examinadora: Karla Bessa, Kelen Christina Leite, Viviane Melo de Mendonça, Josefina de Fátima Tranquilin Silva
Bibliografia

1. Grupo Reflexivo. 2. Violência doméstica. 3. Masculinidades. I. Demarchi, Franciele Regina. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

Trabalho apresentado em 02 de dezembro de 2022, sob o exame da seguinte banca:

Prof^a. Dr^a. Vanda Aparecida da Silva
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Karla Bessa
(Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Kelen Christina Leite
(Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Viviane Melo de Mendonça
(Examinadora suplente)

Prof^a. Dr^a. Josefina de Fatima Tranquilin Silva
(Examinadora suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os homens da minha vida, em especial meus sobrinhos, João e José, para que cresçam aprendendo valores de masculinidades saudáveis.

AGRADECIMENTOS

Enfim, o fim... Ou seria o começo?

Este trabalho só foi realizado graças à muitas mãos que, de forma prática e direta, construíram o texto, como em energias. Por isso, reservo este espaço para agradecer a todos e todas que, de alguma forma, viabilizaram e torceram pela conclusão desta etapa em minha vida e pelo que isto me proporcionará daqui em diante.

Primeiramente, agradeço à Deus, pela minha vida e pela oportunidade de renascer a cada dia como uma nova mulher. Em todas as experiências de violências que vivi, sei que Maria Santíssima esteve ao meu lado e não me deixou desistir!

À Prof. Vanda, por quem tive o privilégio de ser orientada, agradeço imensamente pelas oportunidades e aprendizados. Agradeço por, mesmo em suas obrigações e cobranças, ter sido paciente, cuidadosa e gentil nas correções e conselhos. Durante os momentos mais difíceis, agradeço por não ter soltado minha mão, e me ajudado a persistir. Agradeço pelos encontros virtuais e pelas horas de trabalho, em finais de semana, feriados e madrugadas, compartilhadas. Espero, um dia, poder seguir seus passos.

À Eduardo, meu melhor amigo, companheiro, “orientador”, “*adevogado*”, base e colo quando foi preciso. Agradeço por tudo o que você representa em minha vida, e pelo incentivo, primeiro, em me candidatar neste Programa. A você, que foi central em muitas de minhas conquistas e vitórias, que deu o pontapé inicial em minha carreira acadêmica, não há palavras que expressem sua importância. Du, obrigada pelas leituras compartilhadas, referências, *visões* e risadas. Obrigada pelos inúmeros cafezinhos para dar “aquele último gás”. Independente do espaço que ocupemos um na vida do outro, você será sempre corresponsável por esta dissertação e por tudo que eu construí até. Eu te amo. E isso nunca mudará.

Às professoras Kelen, Viviane, Karla e Josefina, por aceitarem ler, conhecer, ensinar e dialogar sobre meu trabalho. O processo da escrita foi demorado e trabalhoso, mas agradeço a gentileza, paciência e delicadeza com que lidaram com meu texto. Tenho profunda admiração pelas professoras “acadêmicas não-academicistas” que são. Gratidão!

À minha família, em especial meu pai Flávio, minha mãe Neia, que desde sempre me deram incentivo e condições financeiras de avançar nos estudos. “Mude sua história”, foi o que meu pai sempre disse. Enfim, estou mudando, pai. Obrigada por terem sido minha base em toda

a minha vida. Amo vocês. Também agradeço às minhas irmãs Bru e Dani, com quem partilhei algumas das dificuldades e “crises” dessa fase, obrigada pela escuta!

Aos amigos das primeiras turmas do PPGECH, Pâmela, Rafael Renato, Marcos, Fefa, Eduardo, Rafa Spina, Emerson, Diana, Zorel, Thomas, Fer Ikedo, Camis e Natália. Foi um prazer inaugurar este programa com vocês, e compartilhar das angústias de realizar um mestrado presencial de forma remota. Espero que os bons ventos nos aproximem em outras oportunidades. Sucesso.

À Cris, minha psicóloga e amiga. Você me devolveu esperanças quando eu já tinha desistido. Obrigada por me emprestar sua mente para tecer, a cada semana, novas percepções sobre mim mesma. Você foi fundamental em todo este processo. Obrigada.

Agradeço à uma amizade que tive o prazer de fazer este ano: Alexandra! Você devolveu minha autoestima, meu olhar e minha vontade de seguir em frente. Quando falamos em procedimento estético, pode parecer trivial e superficial, mas todas as conversas e trocas que estabelecemos em cada encontro foi fundamental para que eu recuperar a confiança em mim mesma, e retomar a mulher potente que sou! Adoro você!

Agradeço ainda a todos os docentes do PPGECH que tiveram contato com este trabalho, ou que, de alguma forma, me auxiliaram a lapidar esta investigação. Foi uma honra poder dividir espaços de aprendizados com vocês.

Aos profissionais do CERAV, que me abriram as portas da instituição permitindo o desvelar de uma iniciativa pioneira no interior. Que nunca falte coragem para permanecer transgredindo!

Por último, agradeço às novas amizades que conquistei este ano, que me deram ânimo para seguir: Maria Helena, Eugênia, Claudemir, Márcia, Alfredo, Mari, Thi, Lu, Mayara, Melissa, Helen, Júlio e Vi! Todas as dificuldades que enfrentei no trabalho e na vida acadêmica se tornaram menores com vocês. Independente dos caminhos que a educação nos leve daqui e daí, diante, espero continuar compartilhando afetos com todos vocês!

O presente trabalho foi realizado com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), através da concessão de uma bolsa. Registro o meu sincero agradecimento.

Que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não saímos de nós”

(José Saramago)

“Meu caminho é cada manhã,

(...) Meu destino não é de ninguém,

(...) Se você não entende, não vê

Se não me vê, não entende,

(...)

Se um dia eu pudesse ver,

Meu passado inteiro...”

(Primeiros Erros – Capital Inicial)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção e performance de masculinidades de homens autores de violência doméstica. A partir da observação participante e de entrevistas semiestruturadas foram exploradas reuniões de grupos de reflexão sobre violência contra a mulher de uma instituição na cidade de Sorocaba, o Centro Especializado de Reabilitação do Autor em Violência Doméstica (CERAV). Como meio de validar e qualificar os materiais coletados nesta investigação, foi feita uma revisão bibliográfica pautada em referenciais teóricos dos Estudos de Gênero, tais como “masculinidades hegemônicas” e “violência doméstica” e da Criminologia Crítica e Feminista, em rejeição aos moldes legalistas e punitivistas de aprisionamento. Este trabalho buscou compreender as novas formas de resolução de conflitos da matriz social a partir de esforços dialéticos de conciliação na vida social.

Palavras-chave: Grupo Reflexivo; Violência doméstica; Masculinidades.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the production and the performance of masculinities of male perpetrators of domestic violence against women. Based on the participant observation technique and on semi-structured interviews, this research explored some meetings of groups of men those who think over violence against women of an institution in the city of Sorocaba, state of São Paulo, based on the Specialized Center for Rehabilitation of the Author in Domestic Violence (CERAV). We carried out a bibliographic review based on theoretical references from Gender Studies, such as “hegemonic masculinities” and “domestic violence” and from Critical and Feminist Criminology, in rejection of the legalistic and punitive models of imprisonment, as a mean of validating and qualifying the materials collected in this investigation. Lastly, we seek to understand the new forms of conflict resolution of the social standard from dialectical efforts of conciliation in social life.

Keywords: Reflective Group; Domestic Violence; Masculinities

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alcoólicos Anônimos
APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
BO	Boletim de Ocorrência
CAVR	Casa Abrigo “Valquiria Rocha”
CDP	Centro de Detenção Provisória
CEDAW	Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba
CERAV	Centro Especializado de Reabilitação do Autor de Violência Doméstica
CEREM	Centro de Referência da Mulher
CIDH/OEA	Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i> (“Doença do Coronavírus”)
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CIM Mulher	Centro de Integração da Mulher
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GCM	Guarda Civil Municipal de Sorocaba

GEVID	Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
GHAV	Grupos de Homens Autores de Violência
HAV	Homens Autores de Violência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPSP	Ministério Público do Estado de São Paulo
NA	Narcóticos Anônimos
PPGECH	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PTD	Projeto “Tempo de Despertar”
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
VEC	Vara de Execuções Criminais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
1. INTRODUÇÃO.....	18
2. POR QUE FOCAR NOS (E FALAR COM) HOMENS?.....	21
3. UM POUCO SOBRE O “LÁ”: caracterizando a pesquisa.....	24
3.1. Objetivos da pesquisa.....	24
3.2. Primeiro contato com o campo.....	25
3.3. Coleta dos dados.....	27
3.3.1. A interdisciplinaridade como ferramenta e método.....	29
3.4. Aspectos éticos da pesquisa.....	32
3.5. Caracterização dos sujeitos.....	33
4. O CAMPO.....	33
4.1. A Cidade de Sorocaba: militância e contradições.....	33
4.2. Em diálogo com os autores de violência: as instituições.....	37
4.3. Entre a cela e a sala – Do “Carpe Diem” ao CERAV.....	41
5. CERAV: A FORMAÇÃO, A ASSISTÊNCIA E O ACOLHIMENTO.....	46
5.1. Dos limites da masculinidade e a teoria.....	47
5.3. “Mas eu não sou um agressor”: o ciúme, a embriaguez e as sessões no CERAV.....	53
5.4. Os desafios da mediação.....	63
DO ATÉ AQUI.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
ANEXOS.....	76

APRESENTAÇÃO

Este período entre 2020 e 2022 é particularmente imprevisível com uma anormalidade que há muito a História não presenciava. A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) foi – e ainda tem sido, considerando o surgimento de novos casos e novas variantes da doença – uma emergência global, não apenas sanitária, mas que afeta também as esferas econômica, social, política, ambiental e cultural.

Devido à alta transmissibilidade da doença em todo o mundo, as relações sociais foram alteradas por medidas de distanciamento e isolamento sociais. No Brasil, até o final de janeiro de 2021, a vacinação ainda não havia começado; como meio de frear o avanço da pandemia e do índice de contágio e letalidade, estados e municípios estabeleceram o *lockdown*¹. A partir da restrição da circulação da população em deslocamentos não-essenciais, e a diminuição do acesso a lugares públicos e privados, o espaço doméstico se foi visto como o único ambiente seguro e possível de socialização.

No entanto, essa suposta segurança a que aqui me refiro é passível e precisa ser alvo de problematizações, se considerados alguns marcadores sociais como raça/etnia, gênero, sexualidade, classe social, religião e territórios. De acordo com norma técnica produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a pedido do Banco Mundial, a partir da mineração de dados em redes sociais e dados oficiais coletados pelo Sistema de Justiça, verificou-se um aumento dos casos de violência doméstica no Brasil durante a pandemia. Embora o número de denúncias tenha sofrido uma queda, as ocorrências atendidas pela Polícia Militar, por meio do 190, em casos relativos à violência doméstica e sexual, e a soma de medidas protetivas de urgência (MPU) distribuídas e concedidas pelos Tribunais de Justiça aumentaram neste período.

Embora os registros administrativos aparentemente indiquem redução da violência de gênero, os números de feminicídios e homicídios femininos apresentam crescimento, indicando que a violência doméstica e familiar está em ascensão. Em São Paulo, o aumento dos feminicídios chegou a 46% na comparação de março de 2020 com março de 2019 e duplicou na primeira quinzena de abril. (FBSP, 2020, p.15)

¹ Lockdown ou confinamento, português, foi um protocolo de isolamento que restringiu a circulação de pessoas em locais públicos, utilizado durante os meses mais agudos da pandemia de Covid-19 por alguns Estados, como meio de frear o avanço das contaminações e mortes pela doença.

Além disso, com o isolamento, os encontros deixaram de ser presenciais e se virtualizaram. Muitos sujeitos perderam os empregos; outros passaram a realizar os seus trabalhos de forma remota; e o fenômeno da “virtualização” também se repetiu na educação formal. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², em 2021, o número de desempregados no Brasil – como reflexo da pandemia – ultrapassou a marca de quinze milhões de pessoas (LAMEIRAS et al., 2022, p. 2).

Do ensino básico às universidades, em cursos de extensão e em qualquer atividade de ensino regular, as salas de aula migraram para os ambientes digitais e ressignificaram os conceitos de proximidade e afeto. Como resultado desse distanciamento, a vida individual foi impactada, gerando diversos efeitos negativos para a saúde mental (BADO, 2022).

Houve, ainda neste contexto de isolamento, o agravamento da vulnerabilidade a que muitas mulheres estavam submetidas. Se, outrora, tinham a oportunidade de contar com suas redes pessoais de apoio, a partir do isolamento, do desemprego e da intensificação do convívio doméstico, muitas mulheres passaram a sofrer violência de forma mais intensa, sem conseguir realizar a denúncia. Assim, acompanhamos outra crise epidêmica: a violência doméstica que, juntamente com a propagação do vírus, acarretou prejuízos às camadas mais precarizadas pelas agências de opressão (SANTOS, 2020, p.14).

Assim, tendo exposto o *background* do contexto pandêmico em que esta pesquisa se desenvolveu e a escolha deste tema como objeto de análise, dividi este trabalho em 5 capítulos. No capítulo 1, intitulado *Introdução* apresento o tema desta pesquisa e como a pandemia acirrou as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em relação à violência doméstica. Tendo apresentado este cenário, no capítulo 2 “*Por que focar nos (e falar com homens)?*” explico a importância de se realizar o trabalho com homens autores de violência, e alguns referenciais prévios sobre masculinidades.

No capítulo seguinte, “*Um pouco sobre o ‘lá’: caracterizando a pesquisa*” apresento em subcapítulos a importância desse tema, os primeiros contatos com o campo de pesquisa, apresentei as hipóteses e objetivos propostos por esta investigação, bem como os caminhos metodológicos através dos quais alcancei os resultados. Partindo de uma abordagem

²Cf.:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/11/30/numero-de-desempregados-passa-de-15-milhoes-com-nova-serie-da-pesquisa-do-ibge.ghtml>. Acesso em 23 mai 2022.

interdisciplinar, em que estratégias de diferentes áreas do conhecimento me foram úteis, a observação participante e as *conversas no cotidiano* (BATISTA, BERNARDES E MENEGON, 2014) sobressaíram como ferramentas primordiais.

Em “*O Campo*”, apresentei as incursões pelo campo permeadas com as análises realizadas no seio da instituição pesquisada, além dos referenciais teóricos que sustentaram este trabalho desde a primeira sondagem, até a redação final deste texto. Tracei um panorama sobre a cidade de Sorocaba, em que a pesquisa ocorreu e ainda expliquei o funcionamento do CERAV e de estruturas adjacentes.

No quinto e último capítulo desta dissertação “*CERAV: a formação, a assistência e o acolhimento*” comentei ainda acerca das principais percepções do andamento desta atividade, discutindo algumas categorias através das quais observei frestas e potências abertas pela atividade de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica. Também aponte algumas dificuldades encontradas pelas técnicas no exercício da mediação. O resultado desta dissertação, em síntese, também pode ser observado como um convite a um extenso caminho de perguntas mais amplas e de tensionamentos radicais. Espero que seja lido e debatido, assim como propicie o embate entre novos e velhos repertórios discursivos.

1. INTRODUÇÃO

Deste modo, a investigação proposta por este trabalho se insere em um contexto atípico da história mundial e, evidentemente, fora impactada à medida que era realizada. Não posso negar que muitos efeitos foram gerados, como a dificuldade de acesso ao campo de pesquisa; o adiamento constante de algumas entrevistas; o tipo de dados que foram coletados; e a mudança no perfil dos assistidos.

Compreendendo essas variáveis, retomo a reflexão sobre as violências ocorridas nesse período de intensas mudanças em todo o mundo. Questiono, assim, se aquele ambiente concebido enquanto “lar” pode ser qualificado como universalmente seguro às pessoas em situação de vulnerabilidade social, sobretudo no Brasil. Precisamos entender *para quem* ele oferece segurança e o *porquê* acirrou os conflitos daqueles que estavam restritos a este espaço. Lembro que a violência doméstica tem se consolidado como um problema social de violação de direitos e como questão de saúde pública há tempos, não apenas no contexto pandêmico.

Embora ocorra no foro íntimo, é recorrente em diferentes lares e recebe uma “sanção social” para se perpetuar historicamente (BANDEIRA, 2013).

Levando em consideração o contexto latino-americano, segundo dados de 2020 da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), as medidas de distanciamento social e quarentena, necessárias para frear a propagação do vírus, geraram altos índices de desemprego, como já mencionado, e redução de renda das famílias. Desta forma houve um aumento do trabalho informal – destaque: a busca da renda via aplicativos e internet – e do trabalho reprodutivo não remunerado realizado por mulheres (CEPAL, 2020).

Este agravamento das questões de gênero também é discutido por diferentes organizações feministas desde o início da pandemia no Brasil. Quando da implementação das ações de controle da transmissão do COVID-19, nos estados, já se apontava para uma possível elevação das denúncias e dos casos de violência contra a mulher em razão da quarentena e do isolamento social.

Esse aumento é corroborado pelo relatório denominado “A Vitimização de Mulheres no Brasil”, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Instituto de Pesquisas Datafolha. Os dados consolidados do levantamento ilustram os efeitos da pandemia para a vida das mulheres no Brasil. Considerando que as pessoas permaneceram, por um grande período, mais tempo em casa, os conflitos intrafamiliares se tornaram mais frequentes, trazendo riscos para a segurança das mulheres (FBSP, 2021).

A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, em alguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas “as cuidadoras do mundo”, dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. (...) Por outro lado, é sabido que a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de guerra e de crise – e tem aumentado agora. Uma boa parte da violência ocorre no espaço doméstico. O confinamento das famílias em espaços exíguos e sem saída pode oferecer mais oportunidades para o exercício da violência contra as mulheres. O jornal francês *Le Figaro* noticiava em 26 de março, com base em informações do Ministério do Interior, que a violência conjugal tinha aumentado em 36% em Paris na semana anterior (SANTOS, 2020, p.15).

Avaliando os números do estado de São Paulo e comparando o período de março a junho de 2019 e 2020 houve movimento diverso daquele relatado em Paris por Boaventura de Sousa Santos. Nos meses de maior intensidade de isolamento social, entre 2020 e 2021, como já exposto, houve uma diminuição no registro de denúncias de crimes contra a mulher que exigem a presença da vítima.

Tal comportamento, complexo “à Sul da quarentena”, pode ser discutido a partir do conceito de “incomunicabilidade da dor” (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997), em que a condição narrativa é alterada pelo sofrimento extremo. Para que um sofrimento possa ser narrado, é preciso que haja um ouvinte suficientemente capaz de escutar, “alguém que possa indagar e suportar ouvir” (LOBO, 2020). Além disso, à medida que esse mal-estar vivido ganha corpo, torna-se real, pode levar a um duplo adoecimento, e assim, a vítima acaba “guardando para si” a situação vivida.

Este fenômeno também pode ser explicado por uma outra lente: a chamada “cifra oculta”, que representa a defasagem entre os crimes que são denunciados de fato, e que chegam ao conhecimento do sistema de justiça; e os crimes que, embora tenham ocorrido, não chegam a ser oficialmente registrados. Tais delitos, desconhecidos pelo Sistema de Justiça, não são comunicados, seja pela inércia da vítima ou, em certa medida, por erro do próprio Estado ao manipular e coletar os dados (MANDARINO; BRAGA; ROSA, 2017, p. 286-289).

Desta forma, munida destes dois conceitos, entendo que a omissão da notificação não deriva do puro desinteresse da mulher vítima em realizar a denúncia, mas de uma real impossibilidade, marcada pela própria violência a que está sujeita, para alcançar os serviços de acolhimento. Além disso, ressalto a incomensurabilidade de dores que são silenciosas e silenciadas, mas que precisam ser categorizadas e quantificadas para que possam ser validadas por um sistema de justiça hostil (LOBO, 2020, p.22)

Isto posto, em função da pandemia do novo coronavírus, os dados sobre violência doméstica podem não refletir a real situação das mulheres que estavam em casa confinadas em uma possível situação de violência, gerando a subnotificação dos casos. Portanto,

Não é exagero afirmar que a COVID-19 escancarou, a partir do aumento dos casos de violência doméstica e dos frágeis mecanismos normativos – os quais nunca funcionam de modo integrado – que há vidas que nunca são reconhecidas como vidas (LOBO, 2020, p.24).

Por essa razão, mesmo que o surgimento de “cifras ocultas” ocorra nas diferentes fases da criminalização, a população precisa insistir na notificação dos diferentes tipos de crime para que o Estado e o Sistema de Justiça Criminal possam mapear os casos, transformá-los em estatísticas, e consecutivamente, abrir margem para que sejam criadas políticas públicas efetivas.

Ainda em 2020, foram apresentados Projetos de Lei (PL) no Congresso Nacional acerca da temática de Violência contra a Mulher decorrente da urgência de ações mais enérgicas para lidar com o agravamento da violência pela pandemia (MATOS; ANDRADE, 2021, p. 183). Medidas como o aumento de penas aos autores da violência, bem como a revogação do porte e posse de armas de fogo foram alternativas pensadas para frear a escalada das estatísticas. Além disso, mostrou-se necessária a diminuição da dependência financeira das mulheres em relação aos seus respectivos agressores, o que possibilitaria formas de romper com os relacionamentos.

Os casos de violência vivenciados pela família são constantemente denominados pelas políticas públicas como violência doméstica, o que resulta, constantemente, em uma prevalência de programas de assistência social e acolhimento que pautem somente a proteção e salvaguarda das mulheres e/ou de seus filhos. Essa polarização do fenômeno da violência, que situa os agentes envolvidos como vítimas *versus* agressores, naturaliza os papéis sociais de gênero a serem desempenhados por homens e mulheres, dificultando a quebra desse paradigma e a produção de um novo tipo de relação entre os sujeitos.

2. POR QUE FOCAR NOS (E FALAR COM) HOMENS?

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos – *campus* Sorocaba. Inserido na linha de pesquisa *Sujeitos de Discursos, Narrativas e Mobilidades* do Programa, foi orientado pela Prof.^a Dr.^a Vanda Aparecida da Silva.

Com o título, “*Mas eu não sou um agressor*”!: uma análise das expressões de masculinidades e violências no grupo de reflexão CERAV – Sorocaba – SP, produzi esta dissertação a partir de estudos provocados por inquietações e vivências pessoais de violência. Escrevi este texto assentada na premissa de que “o pessoal é político” – retomo, nesta citação, o ensaio de Carol Hanisch³ – para chegar, então, a esta pesquisa sobre violência doméstica neste Programa de Pós-Graduação. Compreendo que a violência sistematicamente perpetrada contra as mulheres é fruto de uma construção, e como tal, pode e precisa ser revista e desmantelada. Discutir esse legado da violência doméstica contra a mulher contribui para retirá-lo de uma dita “condição humana” absoluta, necessária e natural.

³ “The Personal is Political”. Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>

Como bell hooks aponta, em uma sociedade em que a dominação é estruturante “todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social” (2021, p.120). Portanto, a partir do momento em que pensamos os homens como companheiros de uma luta contra o sexismo, conseguimos analisar a violência contra a mulher como uma luta coletiva.

Aqui não me limito à perspectiva de uma mulher que também passou pela violência; mas de uma pesquisadora que buscou compreender este fenômeno relacional a partir de um novo olhar, o do autor da violência. Assim, discorro sobre uma análise da(s) masculinidade(s) em homens autores de violência doméstica (HAV), participantes de um grupo reflexivo. O faço por compreender que o prisma das mulheres que vivenciam os episódios tem sido largamente explorado por diferentes áreas de estudos. Entretanto, os significados dessas violências e a forma como essa cultura de dominação que também atinge os homens, comparativamente, tem sido bem menos estudada.

Deste modo, para conhecer este universo de pensamento e práticas cotidianas, participei de reuniões de discussão do grupo de reflexão promovido pelo Centro Especializado de Reabilitação do Autor da Violência Doméstica (CERAV), na cidade de Sorocaba, São Paulo. Busquei compreender como estes autores são socializados, e se os padrões hegemônicos de masculinidade patriarcal ainda se sustentam (e de que forma).

Além de motivações pessoais, como expus, o interesse nesta temática decorreu da percepção de que apenas o atendimento da mulher em situação de violência normalmente não rompe o ciclo violento. Não podemos ignorar que o homem, como um dos membros de uma família, é participante ativo desse sistema, e retirá-lo dessa equação impede ou dificulta a produção de novos modelos de relações e interações mais saudáveis. Ainda, há um processo de socialização dos homens – desde a mais tenra idade – enquanto agentes sociais dominantes que se mantém. Todavia, considero que homens não são agressores diuturnamente, mas agem de forma violenta em episódios e contextos.

A literatura, romântica e acadêmica, e os movimentos sociais sobre masculinidades podem contribuir significativamente para que novas oportunidades na busca pela equidade de gênero sejam criadas. O processo dialógico ainda é pouco explorado pelo sistema de justiça; a punição é a palavra de ordem. Aqui, o foco não está em oferecer qualquer tipo de “perdão” ou “expição” dos crimes cometidos pelos autores de violência, mas analisar criticamente a forma

como essas relações se produzem e reproduzem no interior das famílias e na sociedade como um todo.

Considero fundamental a análise dessa questão de gênero, pois, se à mulher é conferida a qualidade de *vítima*, qual seria o papel atribuído ao homem? Homens seriam os algozes? O estereótipo sexista, que é compartilhado por homens e mulheres, nos permite aceitar que há uma herança de poder; aceitamos e perpetuamos a ideia de que é razoável que uma parte mantenha seu poder sobre o outro por meio da coerção. “Devemos enxergar tanto homens quanto mulheres nesta sociedade como grupos que apoiam o uso da violência”? (hooks, 2021, p.119).

Um entendimento mais amplo e plural da História e das sociedades, em que homens resolvem seus conflitos internos sem imputar às mulheres a responsabilidade por eles, requer um esforço coletivo para pôr fim à violência doméstica e intrafamiliar. Requer, ainda, novas perspectivas e categorias de produção de sentidos tanto para os saberes que foram suprimidos, quanto para as práticas sociais.

Como aponta a historiadora Joan Scott é preciso fazer emergir um conhecimento que ofereça novas perspectivas, em que o gênero possa ser desenvolvido como uma categoria de análise das relações sociais de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Ou seja, gênero “é a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornados parte do processo histórico” (CONNELL, 1995, p. 189).

Essas relações sociais, historicizadas, dadas no interior do sistema patriarcal, mas ainda contemporâneas, produzem, reproduzem e sustentam padrões de comportamento a serem assumidos para ambos os gêneros através da socialização do que é biológico e natural; os indivíduos são ensinados a cumprirem determinados “papéis sociais”. A naturalização dessas relações desiguais de poder entre homens e mulheres concebem a ordem social como uma “máquina simbólica” que ratifica a dominação masculina. Uma “visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, p.24, 2020); o masculino é neutro e inquestionado.

Entretanto, mesmo que a padronização da performatividade dos gêneros se constitua como produtora de desigualdades e violências em detrimento das mulheres, entendo que o

conjunto de características através dos quais os homens são categorizados e lidos enquanto “Homens”, também os domina e oprime. “A subjetividade, bem mais do que autonomia, carrega a noção de ‘sujeição’, criando-se a ideia de que é fabricada e modelada no registro social.” (DE MATOS, 2000, p. 18)

Ideologicamente, a perpetuação da dominação dos homens não ocorre apenas sobre as mulheres, mas também intergênero, homens entre homens (CONNELL, 2013). “Reconhecer essa dimensão relacional do gênero possibilita desconstruir principalmente argumentos culpabilizantes em relação ao masculino” (ARILHA; MEDRADO; UNBEHAUM, 2001, p.24).

Portanto, assim como o gênero é construído, a *performance* da masculinidade também o é. Nesse processo dialético e não-mecânico, as masculinidades não são universais. As masculinidades são, portanto, categorias que variam entre as culturas e conforme a sociedade observada, e se moldam no decurso do tempo – pela própria transformação da perspectiva de humanidade. Inclusive, em uma mesma comunidade, região ou país, existem perspectivas hegemônicas sobre “ser homem” diferentes. As experiências dependem de fatores e condições específicas, tais como a classe, a raça/etnia, a idade, a sexualidade, o grupo étnico; podendo, inclusive, mudar para o mesmo homem ao longo de sua vida e suas vivências, até porque “qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória” (CONNELL, 1995, p.189); a masculinidade é um produto e ao mesmo tempo um processo de sua representação.

3. UM POUCO SOBRE O “LÁ”: caracterizando a pesquisa

A fim de orientar a leitura deste trabalho considero necessário apresentar de forma direta os objetivos gerais e específicos, os caminhos traçados e como o trabalho de campo fora realizado para, posteriormente, realizar as discussões utilizando os relatos e trechos de gravações.

3.1. Objetivos da pesquisa

De forma geral, observar os diálogos ocorridos nos – e oportunizados pelos – grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica (GHAV), no Centro Especializado de Reabilitação do Autor em Violência Doméstica (CERAV) da cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, foi importante para construir uma leitura das dinâmicas e interações na organização, cujas finalidades eram: verificar os significados atribuídos pelos assistidos às relações sociais

em que estavam envolvidos; entender os modelos de masculinidades performados nas falas de cada um daqueles atores; compreender a atuação dos profissionais técnicos envolvidos; e avaliar, qualitativamente, os GHAV enquanto equipamentos de responsabilização não-punitivista.

Como objetivos específicos, tracei eixos de trabalho junto ao campo, que se revelaram flexíveis conforme a pesquisa avançava. São eles: i) Mapeamento do projeto nas esferas “macro” – investigando quais os efeitos, para mediadoras e assistidos, de suas territorialidades; e “micro” – como estavam dispostas as dinâmicas e relações no ambiente observado; ii) Avaliação do programa enquanto política pública de enfrentamento à violência no contexto sorocabano e região; e iii) Apuração qualitativa dos efeitos da pandemia de COVID-19 para os índices de violência doméstica.

Assim, após elencar os propósitos desta investigação, apresentarei ao leitor o campo de investigação, com: o perfil dos homens que compuseram os encontros, o número de visitas à instituição, método de seleção dos entrevistados e um retrato da instituição.

3.2. Primeiro contato com o campo

Para minha inserção no campo, o primeiro contato com a instituição ocorreu via telefone, e em diálogo com a psicóloga, de pronto obtive muitas informações sobre o CERAV. A técnica me explicou o funcionamento do projeto, deu informações de como os assistidos são encaminhados para a organização e, ao primeiro sinal de interesse em realizar a pesquisa, ela se demonstrou bastante aberta em fornecer mais dados sobre o programa. Acolhi o aceite com gratidão, mas também com bastante espanto, porque estimava que instituições reguladas pelo Sistema de Justiça tendessem a construir grandes barreiras para a realização de qualquer tipo de investigação de caráter científico-acadêmico.

Em todo caso, realizar uma pesquisa em um ambiente vinculado ao Sistema de Justiça sempre foi gerador de receios e inseguranças. A hesitação inicial foi motivada pelo desconhecimento daquele espaço físico, mas também porque não suspeitava o quê e quem eu iria encontrar. Além disso, seria imprudente de minha parte desconsiderar os efeitos de minha presença no campo, afinal, havia um pacto social entre os presentes, que se renovou a cada encontro a partir do ingresso de novos assistidos.

Outrossim, mesmo munida de referenciais e teorias prévios sobre o fazer da pesquisa e sobre os homens assistidos pela instituição, o peso que o estigma criado pelo senso comum a respeito da figura daqueles indivíduos como abjetos ainda pesava sobre mim. Como pesquisadora, eu estava ciente de que só poderia compreender este tema quando tivesse contato, e que, naquele momento já estava reforçando uma perspectiva que minha própria pesquisa luta para combater: o estigma do “agressor”; a figura do “criminoso”. Assim, entendendo que a masculinidade hegemônica é uma relação historicamente móvel e provisória, negocieei minha entrada naquele espaço.

Dada a crise sanitária da COVID-19 vivida em todo o globo, mantive a imersão física no campo suspensa por 6 meses, e para avançar com as investigações realizei entrevistas por meio digital com membros da equipe técnica.

Jéssica⁴, a técnica com quem tive o primeiro contato, foi a única que inicialmente sinalizou ser favorável à pesquisa. Inclusive, dos quatro servidores da instituição, somente duas técnicas aceitaram conversar sobre esta temática, bem como sobre suas jornadas de trabalho. Os demais profissionais afirmaram que preferiam o preenchimento de um “formulário” com “tudo que é *preciso* falar na pesquisa”⁵, apesar de comentarem em conversas informais que compreendiam a importância do estudo para a produção de sentidos das masculinidades e a criação de políticas públicas com autores de violências.

A partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa⁶ realizei a primeira visita ao CERAV em que Jéssica me recebeu de forma calorosa, como se fôssemos velhas amigas, o que me tranquilizou inicialmente. Ficamos alguns minutos conversando, e depois fui convidada a participar de uma das sessões com o grupo reflexivo.

Ao entrar na sala, percebi que os olhares de todos os 8 (oito) homens presentes tinham se voltado para mim. Como era a minha primeira experiência em campo, o saber-fazer da pesquisa ainda era um enigma. Enquanto eu era observada por todos, Jéssica me apresentava para o grupo, explicando minha atuação. Durante a fala dela técnica, eu tentava me organizar, mas fui tomada pela insegurança, e parti para a escrita de informações aleatórias no caderno de campo. Naquele momento, apenas busquei um ponto *seguro* para me concentrar, a fim de

⁴ Psicóloga e mediadora do CERAV, branca, 35 anos.

⁵ Trecho de anotação do diário de campo produzido no dia 01 de julho de 2021, em Sorocaba/SP.

⁶ Esta pesquisa fora registrada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos em 16 de novembro de 2020, sob o nº 40418420.5.0000.5504.

desviar dos diversos olhares que recaiam sobre mim. Meu diário de campo foi tomado por palavras que, até a redação final deste trabalho, não possuem muito sentido.

Quando me identifiquei, todos me encararam fixamente, entretanto, à medida que compreendiam minha participação naquele espaço, muitos desviaram os olhares; o mesmo sinal de desconforto expressado por mim anteriormente. Assim, explicitiei minhas pretensões, afirmei que não pretendia mudar a dinâmica dos encontros ou causar constrangimento, e que, caso solicitassem, eu deixaria o espaço sem produzir qualquer prejuízo para nenhum deles; o “clima pesou” por alguns instantes, mas ninguém se manifestou e eu permaneci na sala.

Inicialmente, atribuí esse “peso” do ambiente como consequência da minha inexperiência no campo, porém, quando examino situações semelhantes ocorridas em outras datas, percebo a ausência da mediação das técnicas. Afinal, “o mediador não é somente um intermediário, mas também intervêm ativamente na produção dos significados dos mundos que interconecta” (RECH, 2013, p. 103).

Logo que a reunião começou, Jéssica disse: ‘Gente, a Franciele vai se apresentar pra vocês, tá bom?’. Ela saiu da sala enquanto eu me apresentava e explicava meu propósito para os dois homens presentes. Quando ela retornou, me perguntou: ‘Cadê a lista de chamada?’, e antes que eu respondesse, ela se dirigiu aos homens e disse: ‘Vocês assinaram? Gente, tem que assinar viu? É assim que eu mostro para o juiz que vocês estão vindo.’ E depois se voltando para mim, novamente: ‘E outra coisa, bom dia, você já explicou, né?’. Ela se referia tanto à minha participação, quanto ao funcionamento do grupo.⁷

Neste primeiro encontro explicitiei que, embora eu estivesse ali para ouvi-los e observar seus comportamentos, o caráter ético desta pesquisa não me permite produzir sentidos sobre as falas e observações com o objetivo de gerar quaisquer danos imediatos para os participantes dessas reuniões. Entretanto, o pacto social firmado entre os presentes acerca da discrição quanto à dinâmica interna estava sendo atravessado pela minha presença naquele espaço, fato que não desconsidero e que entendi como um aspecto relevante para aqueles homens.

3.3. Coleta dos dados

Divido a realização desta pesquisa em três tempos: o primeiro, refere-se à algumas anotações realizadas em caderno de campo, e que aparecem em alguns trechos deste trabalho, quando são usados exemplos de falas ou descrição de casos atendidos no CERAV. Não estão

⁷ Trecho de arquivo de áudio e de caderno de campo produzido no dia 25 de junho de 2021.

datados ou contidos em alguma gravação, mas extraídos das anotações ao longo do trabalho, recordados por mim.

O segundo está relacionado às visitas realizadas na instituição e a participação nos grupos reflexivos. Foram realizadas 16 idas ao campo, entre novembro de 2020 e novembro de 2021, com 3 períodos de pausas derivadas das medidas de distanciamento social da pandemia de COVID-19. Por essa razão, os sujeitos naquele espaço variaram bastante, tendo poucas permanências em relação aos atores observados. Durante este período, participei das reuniões dos grupos realizando anotações em meu caderno de campo a cada sessão. Além disso, realizei gravações em áudio por um gravador destinado apenas a esse fim, e cujo conteúdo permanece mantido em arquivo protegido. Após o final das reuniões, as anotações eram agregadas pelas gravações, e eu produzi relatórios sobre cada encontro.

Este momento de participação dos encontros coincide temporalmente com o terceiro, quando foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes do CERAV e técnicas, ocorridas no espaço físico da instituição. Conforme meu contato com alguns assistidos era estreitado, os convidei para uma conversa, e assim “fui selecionada” por 4 homens. Digo que “fui selecionada” por compreender que, na pesquisa de campo, embora eu estivesse no papel de pesquisadora com um propósito definido, se estes atores não tivessem me aceitado naquele espaço, ou me permitido conhecer e esmiuçar suas vidas e vivências, nada neste trabalho seria possível.

Da mesma forma, os diálogos e entrevistas realizados com as técnicas foram imprescindíveis. Realizei entrevistas com a psicóloga e a assistente social do CERAV, que conduzem os encontros, além de ter tido uma conversa com a fundadora da organização, uma pessoa pública e ex-vereadora da cidade de Sorocaba, Cíntia de Almeida, que me forneceu muitas informações técnicas e perspectivas de análise do movimento de mulheres de cidade.

Entretanto, pouco dessas entrevistas aparecem neste trabalho, pois à medida que eu revisitava as anotações, gravações e relatórios, pude notar que algumas falas feitas por outros indivíduos – que não os sujeitos entrevistados – participantes dos encontros, traziam mais sentidos às questões de masculinidade e violência.

Nas diferentes reuniões, pude notar que eu ainda permaneci em constante “avaliação”, sobretudo, por aqueles que ingressavam a cada semana, mas os olhares de estranhamento eram

menos constantes, à medida que muitos HAV que já me conheciam acabavam intermediando minha entrada e permanência. Com o passar do tempo, comecei a ganhar maior aprovação, conforme desenvolvia uma apresentação mais elaborada a respeito da pesquisa. Muitos dos que já me conheciam acabam acenando positivamente com a cabeça, e complementavam algumas de minhas falas.

Todavia, com exceção da primeira participação, em que a negociação naquele espaço fora “semi-intermediada” pelas técnicas, nos encontros seguintes a fala inicial foi minha; em algumas vezes, fui responsável por iniciar o encontro, o que dificultou a abertura e a fluência de diálogo entre as técnicas e os assistidos, e entre eles mesmos.

3.3.1. A interdisciplinaridade como ferramenta e método

Para o cumprimento dos objetivos propostos, realizei o trabalho de pesquisa em três etapas, que ocorreram de forma concorrente, à medida que cada uma era oportunizada e demandada. Tendo em vista a complementaridade entre informações ambientais, coletivas e individuais, realizei uma revisão bibliográfica preliminar levando em conta o caráter interdisciplinar desta pesquisa.

Acentuo que as disciplinas cursadas no PPGECH contribuíram para a elaboração do projeto de pesquisa, para o relatório de qualificação e na escrita deste trabalho final, ao passo que as ementas versavam sobre temas como: estruturas de poder e dominação; teorias feministas; relações e tensões entre marcadores sociais da diferença, como gênero, sexualidade, etnia e classe; memória; e outros. Através destas disciplinas foram oportunizados os contatos com autoras e autores fundamentais no campo de estudos de gênero e feminismos.

Além dos momentos oportunizados pelas disciplinas, revisei fontes primárias da literatura tradicionalmente referenciada, principalmente: i) nos Estudos de Gênero; ii) na Criminologia Feminista; iii) nas recentes produções sobre os trabalhos com homens autores a partir de GHAV e políticas de prevenção à violência doméstica; e iv) nas Políticas Públicas de Enfrentamento a Violência Doméstica.

Em um segundo momento, realizei *observação participante* de algumas sessões presenciais dos grupos reflexivos do CERAV. Para este trabalho, entendo que a observação participante é

(...) um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (MINAYO, p. 70, 2002).

Do mesmo modo, em cada reunião os assistidos também dialogavam comigo e me inseriam naquela comunidade, embora ainda estivesse realizando uma análise dos comportamentos, falas e gestuais dos presentes. Em decorrência da pandemia, com o hiato de seis meses deste exercício etnográfico foi gerador de outras análises e produção de sentidos acerca dos impactos da pandemia de Covid-19 para este trabalho.

Em adição, realizei entrevistas semiestruturadas com assistidos e técnicas do programa, que ocorreram de forma virtual e presencial. Fiz a seleção dos informantes assistidos a partir da escuta nas próprias reuniões e dos diálogos com as técnicas da organização. Os roteiros elaborados continham questões objetivas e abertas sobre a trajetória de vida, da participação no grupo de reflexão, de referenciais de masculinidade e sobre a violência doméstica, conforme anexos.

Inserido em um programa de pós-graduação interdisciplinar, não posso deixar de mencionar que este trabalho contou com um olhar próprio da interdisciplinaridade. Em um primeiro contato com as noções do campo da Interdisciplinaridade, esta seria, aparentemente, a simples justaposição de diferentes disciplinas. Entretanto,

(...) as Ciências Humanas, como qualquer outra área do conhecimento, têm suas fronteiras cada vez menos delimitadas, recebendo a contribuição de outras áreas. Ao se pensar a pesquisa e suas metodologias, torna-se cada vez mais comum utilizar dados, metodologias e técnicas das ciências de dados. Assim, as disciplinas da área de exatas trazem subsídios para novas formas de fazer pesquisa na área de humanas, encontrando-se em um ponto de intersecção entre esses grandes campos do conhecimento. (LEITE, 2020, p.16)

Assim, tomo como exemplo o contexto da Educação Básica no Brasil, em que são demandados trabalhos de cunho *multi* e interdisciplinar, que quando realizados se tornam atividades que simplesmente contam com a supervisão de dois ou três professores de áreas distintas em sua execução. Por essa razão, de forma breve, discuto aqui, epistemologicamente, o conceito de Interdisciplinaridade, considerando que no contexto acadêmico, existem grandes

contradições “entre o epistemológico e o institucional: em nenhum outro espaço social há tantas possibilidades de interdisciplinaridade e tantos obstáculos ao seu florescimento” (PIMENTA, 2008, p.64). Ou seja, a integração entre teoria e prática que abandone a superespecialização ainda não é uma realidade comum.

Essa é uma necessidade que vem crescendo em todos os níveis de ensino no Brasil. É preciso que as disciplinas sejam integradas, rompendo com a fragmentação e desarticulação dos currículos. Começando pela Educação Básica até o Ensino Superior, não há uma formação humana de discentes e docentes que seja eficiente para lidar com as práticas sociais que exigem pensamento crítico. Isso ocorre porque as formas de organização social, que são também fragmentadas e especializadas, impõem ao ambiente educacional a mesma perspectiva de fracionamento (PIRES, 1998, p.174).

A disciplinaridade é a tendência secular, e a partir dela é que o conhecimento se constrói e se divide; este é modo de se fazer ciência ao qual estamos acostumados. Portanto, o especialista é aquele indivíduo que conhece tudo – ou quase tudo – sobre o nada (JAPIASSU, 2006, p.1); um verdadeiro “ignorante especializado” (TRINDADE, 2008, p.67).

A aproximação de saberes ou disciplinas proposta pela Interdisciplinaridade, para que uma se “contamine” com os métodos, teorias e aplicações propostas pela outra, resulta na quebra das fronteiras entre os conhecimentos tradicionais. A experiência interdisciplinar parte do reconhecimento de que não existe um tema de estudo que é específico de um campo do conhecimento e que só pode ser investigado por ele. Na realidade, a abordagem deve ser fundamentada em distintas áreas ou até mesmo utilizar métodos de ciências diversas para a criação de uma nova ciência (PIMENTA, 2008, p.67).

No entanto, a Interdisciplinaridade não constitui uma metodologia propriamente dita à qual recorri. Utilizei, de forma articulada, diferentes ferramentas teórico-metodológicas para pensar essas questões que exigem considerações de variados campos de estudo. Então, foi o tema de pesquisa que exigiu a combinação de técnicas, métodos e teorias, e não o contrário; não limitei o acesso e a discussão de temas a partir da aproximação com alguns campos de estudo.

Dessa forma, assumo que os Estudos de Gênero, e em particular a investigação que aqui apresento, acerca da construção social das masculinidades de HAV, constituem uma temática

essencialmente interdisciplinar, vez que a produção acadêmica existente sobre esta questão não é própria de uma única disciplina. Mesmo que a ideia da interdisciplinaridade não tenha sido posta, “pesquisadoras de diversas disciplinas tiveram que romper barreiras disciplinares e se influenciaram entre si na construção de um conhecimento compartilhado” (NOTHAFT, 2020, p. 49). Portanto, munida da perspectiva metodológica elencada acima, parto para a análise do trabalho desempenhado pelas profissionais técnicas que trabalham na instituição pesquisada e, na sequência farei exposição da bibliografia que ampara as discussões aqui propostas.

3.4. Aspectos Éticos da Pesquisa

Asseguro ao leitor que este trabalho foi realizado em conformidade aos padrões e aspectos éticos por se tratar de pesquisa com seres humanos. De acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CONEP), o projeto desta pesquisa foi aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa para garantir o processo de análise ético da pesquisa e o respeito a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano. Os trabalhos de campo foram iniciados apenas após sua aprovação, que pode ser consultada ao final deste trabalho, onde consta em anexo.

Destaco que os participantes da pesquisa também foram assegurados do sigilo quanto à sua identificação, já que suas falas poderão ser consultadas e utilizadas como apoio aos textos teóricos sobre o tema, não implicando qualquer tipo de prejuízo pessoal e nem tampouco os expondo ao risco de identificação. Os atores são aqui citados como representantes de um tipo de relação que busquei analisar e os trechos de entrevistas ou falas foram usados para sublinhar as teorias aqui discutidas, no campo das relações de gênero e dos estudos da violência.

As identidades ou quaisquer outros dados dos entrevistados permanecerão sob sigilo, a fim de evitar quaisquer danos. Os nomes e outras características que possam identificar os indivíduos foram alterados ou suprimidos. As entrevistas virtuais foram realizadas pela plataforma *Google Meet*, e com a autorização dos entrevistados foram gravadas, e estão mantidos em meu arquivo pessoal. As entrevistas presenciais ocorreram em um espaço reservado do CERAV, e com a anuência dos informantes, registrei a conversa por meio de um gravador de voz, cujos arquivos também estão mantidos neste arquivo pessoal.

Em ambas as modalidades de entrevista – virtual e presencial –, a fim de garantir a idoneidade desta pesquisa e desta pesquisadora, os participantes assinaram um Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual os objetivos desta investigação e o cunho da participação voluntária e não-remunerada enquanto informante estavam explícitos. Conforme anexos, os entrevistados foram informados que a qualquer momento poderiam desistir de sua participação na pesquisa e que os dados obtidos seriam utilizados estritamente para os objetivos propostos neste trabalho. Cada entrevistado ficou com uma via.

3.5. Caracterização dos Sujeitos

Conforme expus anteriormente, muitas das falas aqui transcritas não pertencem necessariamente aos sujeitos entrevistados. Por esta razão, em muitas citações que aparecerão mais adiante, não haverá muitos elementos de identificação do perfil desses indivíduos. Ora porque as falas foram destacadas apenas após a escuta atenta e transcrição das gravações, ora porque não houve registro destes agentes. Ao rememorar os contextos dos diálogos, pude encontrar algumas características mais gerais destas personagens, que se limitam a características físicas, nome e estimativa de idade.

4. O CAMPO

Os sujeitos desta pesquisa são homens assistidos num projeto de responsabilização por violência contra as mulheres, na cidade de Sorocaba. Para acompanhar e conhecer as experiências destes homens no âmbito deste projeto fiz o deslocamento de inserir-me no debate acerca das questões de gênero, masculinidades e direitos humanos; bem como, dos centros de assistência que essa localidade, Sorocaba, promove. Como isto acontece numa cidade metropolitana do interior do estado de São Paulo?

Para compreender o questionamento lançado acima, precisei revisitar fontes históricas de formação da cidade de Sorocaba, e avançar no tempo para um contexto mais atual que reflete as perspectivas políticas dominantes. Por se tratar de uma cidade universitária, embora ideais provincianos típicos do interior tentem se firmar como estruturantes desta cidade, o fluxo de ideias e indivíduos proporciona lançar novos olhares sobre a realidade sorocabana.

4.1. A Cidade De Sorocaba: militância e contradições

Esta pesquisa se insere no município de Sorocaba, localizado no interior de São Paulo, a uma distância de 100 km da capital. Chamada de “Manchester Paulista”, a cidade se consolidou no início do século XX como um importante centro industrial têxtil. A comparação de Sorocaba

com a cidade inglesa Manchester, ocorreu em 1905 quando a cidade europeia, em plena ascensão, estabeleceu-se como um importante centro industrial na Europa. Sorocaba, que vivia fase semelhante, foi equiparada a Manchester, destacando o “progressismo” que a cidade experimentava neste período (PINTO JR., 2003).

Representando o avanço da modernidade capitalista, Sorocaba recebeu forte influência de Lojas Maçônicas que se fixaram à época no interior paulista. Entretanto, o que representou progresso no contexto industrial, em igual medida, simbolizou retrocessos. Em uma perspectiva feminista marxista, entende-se que o

Estado burguês, coercitiva e autoritariamente, constitui a ordem social no interesse dos homens como um gênero – através de suas normas, padrões, relação com a sociedade e políticas substantivas legitimadoras (SAFFIOTI, 1995, p. 201).

Assim, a lógica capitalista, através da qual a sociedade sorocabana prosperou, também produziu inúmeras desigualdades. O sistema de dominação-exploração estava instaurado, e acabou sendo reforçado pelas instituições, arranjos econômicos e pela divisão sexual do trabalho, encorajando a hierarquia patriarcal capitalista supremacista.

A historiografia sorocabana é permeada por versões românticas, positivistas e liberais e, por esta razão, foi produzida uma verdade histórica a respeito do município que narra as perspectivas das elites dominantes. Entretanto,

Estas visões, na maioria das vezes, não identificam ou não valorizam a experiência do “outro”. Elas ressaltam a importância dos grandes homens empreendedores, os fatos que mudaram o rumo da história, a ausência dos conflitos sociais. Desvalorizando os sujeitos históricos, os trabalhadores em geral e suas produções de conhecimento, as versões dominantes silenciam os diferentes grupos, ou os supostos opositores, valorizando apenas as concepções desejadas relacionadas ao progresso científico e técnico, o que acaba hierarquizando as relações dos saberes (PINTO JR, 2003, 19).

Como muitas sociedades, Sorocaba também se engendra pelos tensionamentos entre elite e movimentos populares. A partir das tradições e valores morais inflexíveis, vide eleição de Rodrigo Manga para prefeito – candidato da direita conservadora – nas eleições municipais de 2020, a cidade apresenta pontos de disputa e oposição quanto às pautas de gênero. A cidade integra, portanto, um cenário de avanço do conservadorismo que faz parte tanto da realidade brasileira como também mundial.

Traçando o contexto histórico da formação da cidade, insiro aqui um acontecimento recente para corroborar o caráter reacionário do município. Em dezembro de 2021, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba (CMDM) recebeu um novo armário para guardar documentos da organização. Entretanto, o que deveria ser apenas uma nova mobília para a instituição se tornou uma ameaça: dentro do armário havia um projétil de fuzil calibre 7.62, de uso exclusivo do Exército, e um frasco de própolis (MOTTA, 2022, *online*). Esta foi uma nítida tentativa de intimidar o movimento de mulheres da cidade, indicando que “falam muito” (pelo frasco de própolis) e que a militância pode levar à um caminho letal.

Assim, quando a advogada e presidenta do CMDM, Emanuela Barros, junto às outras conselheiras registraram Boletim de Ocorrência (BO), a situação se agravou. A advogada, que também foi candidata à vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) nas últimas eleições municipais, está sendo investigada pela Corregedoria Geral de Sorocaba, desde fevereiro de 2022, a partir de uma denúncia anônima sobre captação de clientes por meio do CMDM. "Para a presidenta do Conselho da Mulher, o processo administrativo que a investiga não passa de perseguição política. (...) [além disso], a eleição da primeira conselheira trans, Thara Wells, (...) é vista como uma afronta pela parte conservadora da sociedade sorocabana." (MOTTA, 2022, *online*).

Fato é que, apesar das inúmeras tentativas de esmorecer o combate à violência doméstica contra a mulher e o ativismo feminista na cidade, é sabido que Sorocaba oferece rede pública de proteção à mulher das mais completas do Brasil (SOROCABA, 2019). A cidade possui alguns serviços que são essenciais para lidar com a violência doméstica como um fenômeno relacional. Conta com uma Coordenadoria de Políticas para Mulheres, da Secretaria da Cidadania, que tem como função desenvolver e acompanhar diretrizes de políticas públicas voltadas para as mulheres, além de criar projetos para combater a discriminação por gênero.

Há, também, o Centro de Referência da Mulher (CEREM) que atua desde o ano de 2009 no atendimento diário a mulheres vítimas de violência por uma equipe técnica multidisciplinar especializada: recebem atendimento de serviço social, assistência jurídica e acompanhamento psicológico. O espaço que abriga o centro conta com recepção, brinquedoteca, sala de psicologia, coordenadoria, assistência social, apoio jurídico, área de serviços e outros espaços administrativos.

Fundamental no contexto da pandemia, o Botão do Pânico que atualmente se chama “Protege Mulher” é um aplicativo de celular disponibilizado pela Guarda Civil Mulher (GCM) para proteção às vítimas de violência doméstica que podem acionar a GCM em situação de ameaça. Entretanto, somente mulheres com medidas protetivas de urgência expedidas estão cadastradas no sistema. O aplicativo foi criado em 2018 e, segundo a Prefeitura de Sorocaba, o serviço já foi acionado 357 vezes (BOTÃO, 2020).

A Patrulha da Paz é outra ferramenta de combate à violência doméstica na cidade de Sorocaba e se caracteriza por uma iniciativa de parceria entre o Poder Judiciário e a Polícia Militar que tem por finalidade garantir o cumprimento das medidas protetivas concedidas às mulheres. Os policiais que fazem visitas periódica às vítimas e produzem relatórios com detalhamento de informações (PMs., 2017).

Por fim, destaco a Delegacia de Defesa da Mulher de Sorocaba (DDM), que foi a primeira delegacia da mulher do interior do estado de São Paulo, e desde 2019 é a segunda no estado a ter funcionamento 24h. Localizada no bairro Campolim, a delegacia funciona em um imóvel locado pelo Governo do Estado e conta com 8 policiais, 24 salas e duas celas. (SOROCABA, 2019; DELEGACIA, 2019).

A cidade possui, portanto, uma rede muito completa no que se refere a proteção das mulheres e a prevenção e ao combate à violência doméstica. Entretanto, por que há uma alta demanda por este tipo de atendimento? Isso pode ser explicado, primeiramente, porque o movimento feminista da cidade é bastante organizado. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba atua há cerca de 30 anos na cidade e tornou-se um espaço de luta e resistência, ao atuar com órgãos da sociedade civil para a promoção de políticas públicas em favor da cidadania das mulheres. Faz parte de um processo de institucionalização do movimento de mulheres, necessário para frear alguns retrocessos e barrar o controle social do poder público patriarcal (BARROS; MENDONÇA, 2021)

Outra justificativa é de que o patriarcado, a violência e a opressão de gênero não existem somente em Sorocaba. Como parte de um todo, a cidade ainda convive com o legado de mais de duas décadas de uma Ditadura Civil-Militar do país. Além disso, esse legado convive com outros, afinal, o Brasil conviveu com várias décadas de violência que afetavam os grupos sociais mais desprovidos de recursos.

Não se pode ignorar que o norte ideológico e as estruturas de opressão de gênero do Golpe de 1964, ainda estão marcadamente presentes no Brasil atual e fazem parte desse projeto de aniquilação das minorias. Em 2019, a população brasileira viveu as consequências do (novo) avanço do conservadorismo político, por conta da eleição de Jair Messias Bolsonaro, ex-militar e “simpático às ideias da ditadura militar de 1964” (VAN DYCK, 2018, p. 48).

Enquanto deputado, durante o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, Jair Bolsonaro saudou no Congresso e em rede nacional televisionada, o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável por torturar a ex-presidenta e tantas outras mulheres. Dois anos antes, em 2014, Bolsonaro proferiu em um discurso no plenário da Câmara que não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque ela “não merecia” (FALCÃO; GUERREIRO, 2014).

Ora, se o ex-presidente profere discursos em favor da violência, sobretudo, a violência contra a mulher em sua forma mais visceral, como fugir a esse universo de pensamento que outorga todos os dias o ódio as mulheres enquanto categoria? Portanto, o grupo reflexivo que investiguei nesse trabalho se coloca como uma importante ferramenta de mobilização e organização da sociedade civil para a realização de mudanças estruturais e culturais.

4.2. Em diálogo com os autores de violência: as instituições

Como já explicado, esse trabalho se insere em uma área de estudos e de políticas públicas de gênero sobre Grupos de Homens Autores de Violência Doméstica (GHAV), e como tal, precisei me aproximar de experiências de outras instituições para compreender a que moldes a iniciativa estudada se encaixa no *hall* de Políticas Públicas. Assim, não posso deixar de citar os caminhos já percorridos por outras iniciativas, que de forma semelhante, preocupam-se em responsabilizar atitudes e não punir identidades.

Um dos institutos referenciados no país quanto aos GHAV é o Instituto Noos, cuja abertura data de 1974 no Rio de Janeiro, mas migrou completamente sua sede para São Paulo em 2018. O instituto é constituído por uma equipe multidisciplinar, que conta com profissionais das ciências humanas, sociais e da saúde. Tem como objetivo desenvolver e “difundir práticas sociais sistêmicas voltadas para a promoção da saúde dos relacionamentos nas famílias, grupos, escolas, equipes profissionais e instituições.”⁸ (INSTITUTO NOOS, 2022, *online*).

⁸ Cf. <https://noos.org.br/instituto/>

Também na cidade de São Paulo, desde 2009, há instalado o Núcleo de Masculinidades do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, de São Paulo, onde são realizados grupos reflexivos com homens denunciados por crimes de violência contra a mulher. Neste espaço, busca-se desconstruir modelos nocivos de masculinidades e oferecer ferramentas alternativas para a resolução de conflitos.

É preciso refletir e possibilitar alternativas mais justas e igualitárias para a vivência de homens e mulheres, garantindo o respeito e a promoção dos direitos humanos, num diálogo intenso com outros movimentos de caráter feminista. Possui também como fundamento reflexões de caráter interseccional, pensando o impacto que outros marcadores sociais de diferença, como raça, classe e sexualidade, possuem na modelagem de nossas experiências, marcadas não somente por diferenças, mas sobretudo por desigualdade (COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE, 2020, *online*).

Listo, por fim, o Projeto Tempo de Despertar, no qual o campo seria realizado inicialmente, mas por conta da pandemia de Covid-19 a investigação não foi possível. Atua também como um programa de grupos de reflexão com autores de violência doméstica, e até o ano de 2016 propiciou uma redução da reincidência da violência entre os participantes do projeto, de 65% para 2%, segundo levantamento feito pela própria instituição. Neste projeto, de forma distinta ao CERAV, os facilitadores são homens permitindo um certo “espelhamento” entre assistidos e técnicos (MPSP, 2017, p. 2).

Desta forma, se a construção das masculinidades é dada, em larga escala, a partir de vivências grupais de controle de uns sobre os outros, em um espaço coletivo com mediadores e facilitadores, espera-se que os sujeitos sejam incentivados a falar de si.

Objeto deste trabalho, apresento o Centro Especializado de Reabilitação do Autor em Violência Doméstica (CERAV), de Sorocaba. Pioneiro em seu molde no interior do estado, o CERAV tem a preocupação de conscientizar os autores de violências “sendo um equipamento de acompanhamento de penas e decisões jurídicas, que oferece a estes homens suporte pedagógico de restauração social com a finalidade de prevenir o indivíduo de voltar a agredir” (CIM, 2021). Os homens são encaminhados para a instituição através do Sistema de Justiça Criminal e recebem um atendimento individual logo que chegam à organização, sendo alocados, em seguida, em uma das sessões de grupos de reflexão já existentes.

O programa está vinculado ao Centro de Integração da Mulher em Sorocaba (CIM-Mulher), que presta orientação e acolhimento às famílias em situação de violência e

vulnerabilidade. Para as mulheres, esse atendimento ocorre através da Casa Abrigo “Valquiria Rocha” (CAVR), que foi fundada em 1997 pelo CMDM, e atualmente é presidido pela ex-vereadora de Sorocaba, Cintia de Almeida. Na Casa Abrigo, as mulheres e seus dependentes crianças e adolescentes possuem amparo psicológico e jurídico, além da realização de atividades como artesanato e culinária, que as possibilitam adquirir ou recuperar sua independência financeira (CENTRO, 2019).

Os programas coordenados pelo CIM-Mulher – CERAV e CAVR – são financiados, majoritariamente, por convênios com prefeituras da região de Sorocaba que fazem uso dos serviços. Também contam com doações para manutenção de seu espaço físico, e dos recursos humanos, cujo número de funcionários é pequeno: uma psicóloga, uma assistente social, um gerente geral e uma assistente administrativa.

O prédio, que abriga atualmente o CERAV, e é localizado em um bairro periférico do município, já foi sede de uma delegacia de polícia, e, em outra fase anterior, abrigou uma escola. Após algumas reformas, a organização recebeu doações de equipamentos para montar uma cozinha industrial, que foi usada poucas vezes para a realização de um curso de panificação, oferecido voluntariamente por um ex-assistido do programa antes da pandemia do COVID-19.

As sessões de grupos reflexivos acontecem em uma sala que acomoda até 15 pessoas sentadas em círculo. Seguindo os protocolos de distanciamento social recomendados pela Prefeitura de Sorocaba – e em decorrência da alta demanda de atendimentos originada pela pandemia –, foram estabelecidos três horários semanais para a realização dos encontros: i) quartas-feiras, realizado de forma remota, preferencialmente para os pertencentes aos grupos de risco; ii) quintas-feiras, realizado presencialmente; e iii) sextas-feiras, também realizado de forma presencial. Todos os encontros têm horário de início às 8h30 da manhã, com previsão de término para às 10h. No entanto, para fins de cumprimento de sentença, a permanência mínima é de 1h.

Durante a fase mais crítica da pandemia, cada grupo era composto por, no máximo, 7 ou 8 assistidos, entretanto, com a flexibilização das medidas de distanciamento, mais membros foram liberados para participar presencialmente, chegando a ter 12 homens na mesma sala.

Os HAV que ocupam a sala em cada reunião são encaminhados à instituição para participar dos grupos por duas modalidades: compulsória ou voluntária. Na primeira, os

assistidos procuram a instituição por conta da emissão de uma sentença judicial, que obriga o homem autor a frequentar 15 encontros semanais. Caso o assistido não procure a instituição, ou se afaste dela sem qualquer justificativa judicial, pode incorrer na pena de prisão, visto que a participação nos grupos reflexivos foi decretada justamente como meio de responsabilização pelo crime cometido.

Aqueles que participam de forma voluntária dos grupos de reflexão, o fazem a partir de uma espécie de “recomendação” do próprio promotor da Vara de Violência Doméstica. Entendo que esta orientação parte de uma perspectiva não-punitivista, em que o homem tem a oportunidade de ser responsabilizado pelo ato cometido, contudo, sem “entrar para o sistema”⁹. Essa participação ocorre durante a fase de investigação criminal – averiguação –, em que a participação no CERAV pode produzir um efeito atenuante para a decisão judicial.

Neste ponto, considero importante trazer a diferenciação entre as noções de “responsabilização” e “punição”, muito importantes para compreender o intuito dos programas de atendimento aos homens, como o CERAV. A punição está intimamente relacionada com as noções de castigo e penitência; já a responsabilização busca promover uma reflexão crítica sobre as condutas adotadas (prática adotada em larga escala pela vertente jurídica da Justiça Restaurativa). Pensar em uma atuação “não-punitivista”, mas “responsabilizante” consiste, portanto, em buscar mecanismos alternativos à manutenção do controle social pela dominação. A punição é produtora e reproduzida por dispositivos conservadores de um *status quo*. Assim, insistir em práticas e discursos punitivistas serve apenas à manutenção de relações de poder verticais e violentas.

Retomando a forma de controle estabelecida no CERAV, a cada encontro, os assistidos devem assinar uma lista de presença, e entregar uma “carteirinha de frequência”¹⁰, que devem portar como um documento a ser apresentado às autoridades policiais caso sejam abordados. Este documento, que é assinado e carimbado pelas técnicas ao final de cada encontro, também deve ser apresentado ao juiz assim que as quinze participações são cumpridas. Entendo que este controle da instituição é, por sua vez, um mecanismo de controle do próprio Sistema de Justiça conforme exposto por uma das técnicas em uma reunião que, “(...) disparou rindo: ‘Isso aqui já

⁹ Trecho de anotação do diário de campo produzido no dia 25 de março de 2022, em Sorocaba/SP.

¹⁰ Cf Anexos. A imagem retrata o Comprovante de frequência com 15 (quinze) espaço para sempre preenchidos com as datas das presenças, bem como carimbo e assinatura da técnica responsável no dia.

é a tornozeleira eletrônica de vocês! Com uma canetada eu controlo vocês!’ E todos riram.”¹¹
Adiante, discutirei atentamente esta passagem.

Quanto ao perfil e composição de cada grupo, há uma preocupação em produzir heterogeneidade naquele espaço, visto que são os encontros são formados por homens de diferentes idades, condições socioeconômicas e estágios de participação. A equipe técnica distribui os assistidos conforme demanda, mas leva em consideração estes fatores citados para promover maior diversidade em cada reunião. A partir da diversidade de crenças, sentimentos e desejos,

(...) os homens iniciam um processo de questionamento dos seus poderes e de aceitação dos próprios limites, o que pode levar à transformação de suas relações cotidianas. Não raro, observamos que os homens estendem esse compromisso de convivência às suas relações conjugais, familiares e de trabalho. (ACOSTA, 2004, p.24).

Ainda, observei que o perfil étnico dos membros dos grupos era, geralmente, similar: homens brancos. Assim, ao questionar a equipe técnica da organização sobre a ausência de corpos negros naquele espaço, obtive uma resposta superficial quanto à realidade, que ocultou de forma consciente – talvez não para a técnica – as marcas racistas do Sistema Penal: “Mas tem homens negros aqui. Não quer dizer que se não tem muitos aqui, eles estão lá... [na cadeia] (...) Ele [juiz] não faz essa seleção não, não tem nem como saber qual a cor do cara!”¹²

Cabe ressaltar que o CIM-Mulher faz parte de uma rede pública de proteção à mulher das mais completas do Brasil (SOROCABA, 2019). Em 2013, a cidade de Sorocaba recebeu a Vara do Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sendo a primeira cidade do interior do estado de São Paulo a ter uma vara especializada em violência doméstica (SOROCABA, 2013). Tal medida fortalece a rede de combate à violência na cidade, porque as vítimas dispõem de respostas mais rápidas por parte da Justiça e, tendo magistrados dedicados a esta demanda, há uma maior sensibilização da situação enfrentada por elas. Além do CERAV, a cidade conta com outro projeto de enfrentamento da violência contra a mulher denominado “Carpe Diem”.

4.3. Entre a cela e a sala - Do “*Carpe Diem*” ao CERAV

¹¹ Trecho de anotação do diário de campo produzido no dia 13 de agosto de 2021.

¹² Trecho de anotação do diário de campo produzido no dia 25 de março de 2022.

O Carpe Diem foi criado em 2009 e é mais uma ferramenta utilizada em favor da rede assistencial de enfrentamento à violência contra a mulher em Sorocaba. Este é um projeto do Centro de Detenção Provisória (CDP), que “auxilia presos de baixo potencial ofensivo com aplicação de curso laborterápicos e atendimento psicológico especializado” (CDP DE SOROCABA, 2019, *online*). Como requisitos para a participação, é necessário que o indivíduo não tenha sido recolhido em nenhuma unidade prisional anteriormente, nem tenha cometido lesão corporal, furto, apropriação indébita, estelionato, receptação, posse e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido ou restrito. Importante destacar que a pesquisadora tomou ciência desse projeto a partir dos diálogos estabelecidos nas visitas ao CERAV, e aqui já inserimos algumas falas a respeito desta instituição.

O programa é destinado àqueles que praticaram crimes como abandono de incapaz, ameaça, cárcere privado, corrupção ativa, embriaguez ao volante, violência doméstica, entre outros. Para que tenham o direito de participar do programa é necessário ser compatível com as regras do *Carpe Diem*. A expressão, que tem origem no latim “aproveite o dia”, é traduzida para o CDP como “aproveite a oportunidade” (CDP DE SOROCABA, 2019, *online*).

Esta instituição, que diverge do CDP em termos de infraestrutura e atendimento, faz parte de uma perspectiva adotada no Direito conhecida como Método APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que foi criado com o objetivo de humanizar a prisão e evitar que a figura do criminoso reincida na conduta delitiva. A filosofia adotada pelo método é “matar o criminoso e recuperar o homem” (RAMOS, 2020), cuja perspectiva está relacionada às “ideologias res”, como chama Zaffaroni (1997), ao questionar a prevalência de dispositivos conservadores e hierarquizantes.

Fugindo à noção abolicionista do cárcere, a APAC tem como objetivo humanizar as prisões a partir da oferta de métodos alternativos para o condenado se “recuperar”, sem perder a finalidade punitiva. Normalmente aparece em uma perspectiva espiritual e pastoral de evangelização, com a intervenção de entidades externas, que reforçam da estrutura carcerária. (FURTADO, 2018, p. 109-110). Entretanto, o *Carpe Diem* está vinculado à natureza institucional das APAC que tem como objetivo “auxiliar autoridades dos Poderes Judiciário e Executivo nas tarefas ligadas a reinserção dos sentenciados” na sociedade (FURTADO, 2018, p. 109-110).

Considero fundamental expor uma questão burocrática e político-econômica que não pode ser ignorada em relação aos encaminhamentos dados na resolução da violência doméstica. Segundo dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2022, o custo médio de uma pessoa encarcerada é de R\$ 1,8 mil por mês. Já os dados publicados sobre os custos com o CERAV, o custo mensal do programa inteiro é de cerca de R\$ 15 mil¹³. Portanto, torna-se evidente que, para além da preocupação com a recuperação e reflexão do assistido, para o estado é muito mais vantajoso manter o indivíduo em liberdade que custeá-lo dentro do sistema.

Apesar do espaço do *Carpe Diem* ser um complexo separado no CDP, ter camas confortáveis, chuveiros quentes, acesso à televisão e a atividades laborais e terapêuticas, aqueles que já foram “recolhidos” afirmam que, não se pode esquecer que “(...) você não tá de férias, tá preso, entendeu? Você tá condenado e preso!”¹⁴, como afirmou Bernardo, um dos assistidos no CERAV durante uma das sessões que acompanhei. Além disso, esta não é uma realidade frequente no sistema carcerário, como afirmou a assistente social do CERAV: “*Carpe Diem* é uma mosca branca”.

A crítica a este projeto deve ser constante, considerando que o cárcere não soluciona o problema da violência doméstica, e de acordo com um dos assistidos, quem tem a oportunidade de ficar no complexo, acaba sendo mais “visado” pelas facções criminosas pelo fato de ter mais “liberdades”. Em um dos encontros no centro de responsabilização, Roberto afirmou: “Acho que preso não se recupera”¹⁵; em outro momento, Bernardo entra em um diálogo com Jéssica (psicóloga do CERAV):

Eu mesmo passei por isso aí, eu fui preso, fiquei 6 meses no “convívio” mesmo; não foi no *Carpe Diem*. (...), mas o exemplo que você deu [em que um assistido ficou preso no *Carpe Diem* e, revoltado com o cárcere, logo que saiu, cometeu homicídio contra o namorado da ex-companheira] o cara foi pro *Carpe Diem*, mas tem que aprender na dor. E é isso aí [apontando para o quadro da sala com a frase “Quem bate na mulher machuca a família inteira”], você machuca todo mundo e ainda não aprender!¹⁶

Em outro encontro, no CERAV, Roberto informou que ficou preso por 17 dias no *Carpe Diem* e que “muitos homens falavam lá que queriam matar a mulher. Falavam assim: ‘Nossa, a

¹³ Dados obtidos através da aba “Transparência” no site do CIM-Mulher. Em um link para arquivos armazenados em nuvem, a instituição divulga os Planos de Trabalho, os relatórios de atividades de cada ano e presta contas quanto ao emprego de verbas oriundas das esferas estadual e municipal. Cf.: <https://cimmulher.org.br/transparencia/>.

¹⁴ Trecho adaptado de arquivo de áudio e de caderno de campo produzido no dia 13 de agosto de 2021.

¹⁵ Trecho adaptado de arquivo de áudio e de caderno de campo produzido no dia 25 de junho de 2021.

¹⁶ Trecho adaptado de arquivo de áudio e de caderno de campo produzido no dia 25 de junho de 2021.

hora que eu sair daqui eu vou fazer uma besteira’.”¹⁷ E Aline (assistente social) informou que este pensamento é comum, porque muitos homens acreditam que a medida protetiva aplicada pode ser objeto de barganha, e que a companheira/vítima tem autonomia para retirar a denúncia e a medida protetiva. E ainda rebateu: “Nós somos vistos como lata de lixo, porque os homens que chegam aqui, chegam com muita coisa, que precisam jogar fora pra lidar. Ainda mais depois que passaram pelo sistema”¹⁸.

Neste mesmo encontro, na sequência, Aline aproveitou para chamar a atenção dos assistidos sobre a importância de participar ativamente das reuniões do CERAV:

Só que o que que a gente tem que pensar tá? Vamo pensar em potencial ofensivo. A Jéssica me chamar de gorda, eu fico triste, eu vou falar ‘puta merda, né? Ela é tão magrinha, né? Me chamar de gorda... Pô, puxa vida, eu devia ter comido menos, né?’ Tem aquela coisa, vai te magoar, certo? Mas tem que ter autocritica, meu. Tem que falar ‘fia, faz um regime, né? Fecha a boca’ (inaudível). Isso justifica eu processar a Jéssica e colocar a Jéssica na cadeia? Eu vou colocar a Jéssica no sistema, lá em Votorantim, pra andar com as mina. Não tem Carpe Diem não. Eu chego lá, a Jéssica tá de “havaianas” com meia e pochete. (...) Mas justifica eu colocar um cidadão, um pai de família, um cara que tá produzindo, 4, 5, 6 meses num sistema, só por que falou que ela era gorda? Então é melhor vocês ficarem na unha da gente aqui por 3 meses e não estragar a vida de vocês, do que cair no sistema.¹⁹

E Jéssica complementa:

Se você cair no sistema, você vai sair dali e vai fazer pior. (...) Agora, um lugar para você parar, para você ser ouvido, (...) às vezes eu falo muito isso aqui no grupo, você sabe como é que é, um fala, o outro fala, as vezes eu e a Tati a gente combina, mas como é muita gente, a gente não consegue ver o que o Wilson está sentindo, mas o colega que senta toda dia, toda sexta-feira do lado dele e que sai daqui, conversa com ele, as vezes dá carona..., ele sabe. . No dia que o Wilson chegar, e ele tiver mais quieto, ele vai ficar: ‘Ô, cara! O que tá acontecendo?’

(...)

Às vezes o assistido chega na gente e fala: ‘você percebeu que o fulano está assim?’ Então, vocês vão se fortalecendo nessa amizade. Coisa que o Carpe Diem não vai dar. Não vai ter alguém preocupado com você lá.²⁰

Assim sendo, embora este programa, inserido no modelo de APAC produza novas formas de pensar a subjetividade da figura do indivíduo encarcerado, não podemos negar que

¹⁷ Trecho adaptado de arquivo de áudio e de caderno de campo produzido no dia 25 de junho de 2021.

¹⁸ Trecho adaptado de arquivo de áudio e de caderno de campo produzido no dia 25 de junho de 2021.

¹⁹ Trecho adaptado de arquivo de áudio e de caderno de campo produzido no dia 27 de agosto de 2021.

²⁰ Trecho adaptado de arquivo de áudio e de caderno de campo produzido no dia 27 de agosto de 2021.

há uma contínua expansão do poder punitivo no contexto global nas últimas décadas. Isso porque, “o sistema penal ultrapassou os muros das prisões. Prestação de serviços à comunidade, prisões domiciliares, monitoramento eletrônico e outras medidas penais ampliaram a rede de controle social e disciplina.” (DARKE, 2016, p.3). Esta noção também corrobora a crítica à atuação do CERAV, visto que a expansão dos limites do sistema penal “tem se dado em paralelo com o crescimento da prisão. (...) As penas alternativas têm colocado um crescente número de pessoas sob controle penal sem que tenha havido qualquer redução significativa no número de pessoas atrás das grades.” (DARKE, 2016, p.3).

Nesta direção, esta pesquisa exigiu uma aproximação sequenciada de apresentação da pesquisadora junto aos assistidos no projeto de responsabilização dos autores de violência contra mulher, em Sorocaba, CERAV; bem como, junto aos profissionais deste centro. Tal processo se revelou numa negociação que possibilitou a minha inserção no campo sendo, portanto, parte central da construção metodológica para atingir os objetivos propostos.

5. CERAV: A FORMAÇÃO, A ASSISTÊNCIA E O ACOLHIMENTO

Assim, para compreender as masculinidades performadas pelos HAV percorri alguns caminhos ao longo da construção desta pesquisa que subsidiaram a escrita desse texto final. Inicialmente, retomo que este trabalho, próprio de um Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos da Condição Humana (PPGECH), fora influenciado por muitas leituras realizadas nas disciplinas deste programa. Além disso, algumas atividades internas e externas foram fundamentais para a elaboração e estruturação de conceitos e pressupostos aqui expressos.

O percurso do trabalho de campo na cidade de Sorocaba, aliado às noções de localidade e territorialidade, também tornaram mais explícitas as problemáticas de gênero e violência nesta cidade. Desta forma, objetivamente, apresento os caminhos teórico-metodológicos percorridos para a realização desta pesquisa.

Aqui busco com a produção e reforço de uma perspectiva científica hegemônica, visto que os conceitos aqui empregados pertencem a autores e autoras do Sul e do Norte global, de diferentes realidades e campos de estudos. Sabemos que todos os espaços da sociedade têm permanecido sob monopólio dos homens, de forma que até a ciência, que se demonstra neutra,

fala para e em nome de um homem padrão ou normativo; a ciência é disciplinar e misógina, porque concebe apenas as histórias e conhecimentos masculinos.

Com os movimentos feministas, que passaram a debater o papel das mulheres na sociedade, os questionamentos epistemológicos e os modos de se fazer ciência também passaram a ser discutidos.

As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas (DAVIS, 2018, p.98).

Isso significa que esses “métodos de pensamento”, como Angela Davis apontou, são importantes para ajudar a desenvolver conhecimentos interdisciplinares; fundamentais para criar narrativas que transfigurem as perspectivas de poder. Se ao longo da história humana, as epistemologias hegemônicas eliminaram e ignoraram sistematicamente as mulheres enquanto sujeitos ou agentes de conhecimento, é porque as ciências foram arquitetadas a partir da óptica dos homens e das classes dominantes (NOTHAFT, 2020, p.49).

É mais uma questão de que, apesar de ambos [homens e mulheres] serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p.66-67).

Em outras palavras, os saberes ocidentais agem na fundação da identidade a partir de paradigmas que não enxergam as diferenças. Quem está na marginalidade, assim permanece, enquanto as estruturas objetivas continuam a criar mecanismos de reprodução da própria dominação. Somente ao transitar por áreas variadas do conhecimento é que será possível a criação de instrumentos metodológicos que permitam uma nova abordagem da ciência moderna, e que rompam com o silenciamento dos sujeitos pelo imperialismo cultural e pela violência epistemológica (SPIVAK, 2010).

5.1. Dos limites da Masculinidade e a Teoria

Segundo Paul Kivel, e em consonância ao já exposto no início deste texto a respeito da construção das masculinidades, existe uma “receita cultural” de como os homens devem se

expressar e agir. O autor trabalha com a ideia da chamada “Caixa do Agir como Homem” ou “Caixa dos Homens”²¹. Trata-se de uma caixa alegórica, na qual existem traços de personalidade e qualidades às quais os homens devem corresponder para serem percebidos socialmente enquanto homens. Por exemplo: heterossexualidade, força, coragem, virilidade, competitividade, dominância em relação à mulher, não demonstração de emoções, prontidão e experiência sexual e muitos outros (KIVEL, 1992, p.21). Todavia,

ninguém nasce na “Caixa do Agir Como Homem”. Levam anos e anos de aplicação, xingamentos, brigas, ameaças, abusos e medo para nos transformarmos em homens que vivem nesta caixa. Na adolescência, acreditamos que só existem duas escolhas: podemos ser um homem ou um menino, um vencedor ou um perdedor, um valentão ou um fraco, um campeão ou um idiota²² (KIVEL, 1992, p.22).

Esta ideia reforça estereótipos e produz referências negativas para muitos homens, que crescem acreditando que só existe uma única forma de se expressar. São como mitos, passados de geração em geração, como verdades absolutas. Na infância, os meninos ouvem a expressão “seja homem”, e aprendem desde cedo que expressar sentimentos e vulnerabilidades, como dor ou choro, são fraquezas (BOLA, 2020, p.27).

Como observei em uma das idas ao campo, enquanto conversávamos sobre a produção de relações mais saudáveis, a psicóloga afirmou: “Quando não consigo mudar uma situação, está na hora de mudar a mim mesmo”, e continuou: “Você já registrou um boletim de ocorrência?”²³.

Aqui retomo a análise da autora Mara Viveros para discutir como as masculinidades elaboradas na “Nossa América”²⁴ possuem contornos próprios. As masculinidades *nossamericanas* são corolárias de uma história de dominação que foi forçosamente instituída pelo exercício de poder colonial escravista que se impôs em toda a América Latina. Por isso,

Os estereótipos que associam os homens à força e as mulheres à fraqueza contribuem para que muitos se sintam ridicularizados ao fazer as queixas ou ao reconhecer sua situação de vulnerabilidade.

²¹ “Act Like a Man Box”.

²² Tradução livre da autora. Do original em inglês: “Nobody is born in the Act Like a Man box. It takes years and years of enforcement, name-calling, fights, threats, abuse, and fear to turn us into men who live in this box. By adolescence we believe that there are only two choices: we can be a man or a boy, a winner or a loser, a bully or a wimp, a champ or a chump”.

²³ Trecho adaptado de arquivo de áudio e de caderno de campo produzidos dia 13 de julho.

²⁴ Forma que a autora colombiana utiliza para ressignificar o termo “América”, apropriado pelos Estado Unidos, e devolver nossa identidade contine9ntal.

(...)

Muitos homens dominados têm agido como se acreditassem que fortalecer sua masculinidade e autoridade sobre as mulheres fosse uma parte essencial de sua emancipação. (VIVEROS VIGOYA 2018, p.82,161).

Além disso, alguns elementos tidos como femininos são evitados e até mesmo rechaçados, naquela máxima do senso comum de que “homem não chora” ou “papel de homem”. Em uma das conversas perguntei para Bernardo qual era sua perspectiva sobre o que é ser homem. E ele afirmou:

Se eu tiver que chorar, eu vou. Só pode ser que eu não vá chorar na frente dos outros, porque isso aí já é... como posso dizer? Isso aí já é natural. ‘Ah, eu sou homem e não posso ficar chorando aí...’ Mas você tá, vamos supor, entre quatro paredes, você vai chorar. Não tem como, você é ser humano. Então, a pessoa tem que definir o que que é. Então o que é ser homem? Você tem que ter caráter de homem, tem que cumprir seu papel de homem, não como um moleque. Tem que ser homem! (...) [Aprendi a ser homem] Com a vida. Claro, meu pai me ensinou, fez tudo, mostrou muitas coisas, né? Que é isso que tem de bom também, ‘Você tem que ser homem, tem que ter caráter, tem que cumprir com as suas obrigações de homem’. Mas [meu pai] nunca foi aberto, assim, de conversar, nada... Aprendi mais com a vida mesmo. Foi mais assim, pela vida, amizades...’²⁵

Como aponta Pierre Bourdieu, o privilégio masculino é uma armadilha, porque impõe aos homens o dever constante de afirmar sua virilidade, que é uma noção relacional, “construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 2020, p.88). O exercício de uma masculinidade violenta parece justificado, para alguns homens, à medida que conseguem equilibrar essa disparidade de poder com outros homens que desfrutam de posições de privilégio. E, de certa forma, os homens parecem perseguir um “modelo de sociabilidade violenta” que imprimem na vida cotidiana com outros homens, tendo a violência como algo que é legitimado na sociedade em que se vive (MACHADO DA SILVA, 1994).

Nesta direção, e para pensar a violência e o crime na sociedade brasileira, retomo a discussão e a literatura sobre o tema da “violência e criminalidade” no Brasil. Conforme estudos da antropóloga Alba Zaluar, essas discussões ocorrem de modo difuso, porque estão marcadas pela história política do país, em uma “relação entre o campo intelectual e o campo político” (ZALUAR, 1999).

²⁵ Trecho adaptado de arquivo de áudio de entrevista realizada dia 27 de julho de 2021.

Particularmente, a partir da década de 1980, vimos no país muitas transformações políticas, sociais e econômicas que fizeram com que os cientistas participassem tanto como cidadãos como pesquisadores, dirá Zaluar. É o período da redemocratização em que os cientistas ao mesmo tempo, viveram e refletiram sobre suas sobre aquilo que viviam. Alba Zaluar chama atenção para o surgimento das organizações não-governamentais que serão importantes também na produção intelectual e nas pesquisas. Neste momento, a militância pelos direitos humanos, intelectuais e a sociedade civil, com base na teoria universalista e abstrata de direitos, se voltam para os que são mais penalizados pelos aparatos da polícia e do Estado: os pobres dos campos e das cidades (1999, p. 03). Nas palavras de Zaluar:

O paradoxo era maior no contexto urbano, onde os pobres figuraram simultaneamente como protagonistas principais dos crimes violentos cometidos e como vítimas preferenciais deles. Da dupla inserção dos pobres nas manifestações de violência, principalmente urbana, decorreram, então, dilemas éticos e políticos lancinantes e algumas ambiguidades teóricas. (1999, p.03)

Para contornar dilemas e ambiguidades teóricas, diz a antropóloga Zaluar, os intelectuais “incorporaram a teoria dos direitos humanos e civis a uma crítica da redução dos conflitos à ‘contradição principal’ entre a classe dominante e a dominada, recusando-se igualmente à alternativa entre direitos universais e direitos históricos”. Os direitos humanos e civis passam a ser fundamentos das “relações sociais e instituições numa sociedade democrática”. Há uma nova cultura política sendo formada e nesta nova cultura as liberdades civis e individuais desembocam numa ideia de sociedade plural, complexa, com vários conflitos marcados por “relações de gênero, geração, estilos e etos” (1999, p.04)

Nesta sociedade brasileira, profundamente marcada por desigualdades sociais, é difícil falar ou propor que haja a conjugação dos direitos humanos numa perspectiva universalista, posto que o que mais se reivindica é uma perspectiva particularizada ou autoritária dos direitos. Tal perspectiva acerca dos direitos humanos foi discutida pelo antropólogo Roberto Da Matta, nos idos de 1979. O autor demonstrava que havia uma mentalidade de que há mais direitos para uns do que outros; que se alguém que se julga em posição superior ver sua posição social ameaçada este tem o direito de diminuir outrem. Este tipo de pensamento ainda ameaça as conquistas democráticas que o Brasil obteve após aquele período. Kant de Lima (2003) dirá que “direitos desiguais geram deveres desiguais”, o que recai na particularização dos direitos humanos, uma vez que se fala em “direitos humanos dos bandidos, direitos humanos das vítimas, direitos humanos da polícia” como se fossem antagônicos e concorrentes. Por sua vez,

essa contrariedade gera conflitos no âmbito da perspectiva jurídico-política, pois ainda não há isonomia e equidade na gestão destes conflitos (p.06).

O tema dos direitos humanos das cidadãs e dos cidadãos brasileiros, desde os anos de 1980, tem sido alvo de estudos de vários campos das ciências sociais, e está vinculado aos tópicos da violência – sobretudo, a praticada contra mulheres – como pauta contemporânea; uma questão da sociedade. Todavia, tal como alerta Sousa (2001), é importante rever os valores ocidentais nos quais se alicerçam os direitos humanos e atualizá-los à luz dos contextos locais, das reivindicações daqueles e daquelas que estão oprimidos/as. É nesta direção que este trabalho ambiciona trazer contribuições para a reflexão e atuação de práticas democráticas no enfrentamento da violência doméstica e para as noções de humanidade e condição humana.

Com efeito, se, de uma parte, o Direito apresenta, via de regra, um ritmo mais lento de mudança do que as relações sociais, a importação de ideais e ideias conduziu, não raro, o legislador brasileiro a tornar o fenômeno jurídico mais dinâmico que certos fatos infraestruturais. Assim, a julgar-se por sua legislação, a nação brasileira pareceria, com frequência, mais avançada no campo da eliminação dos preconceitos e mais receptiva às ideias novas. (SAFFIOTI, 2013, p. 356-357).

Assim, retomo o contexto francês de redação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789 – que mais tarde seria a base para a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 –, em que declarava que os “direitos naturais, inalienáveis e sagrados de todo homem” eram a fundação de qualquer governo. Entretanto, a afirmação de salvaguarda desses direitos e liberdades individuais não impediu, àquela época que os redatores da Declaração excluíssem uma camada da sociedade da efetivação destes direitos.

Os fundadores, os que estruturam e os que redigiram as declarações têm sido julgados elitistas, racistas e misóginos por sua incapacidade de considerar todos verdadeiramente iguais em direitos. (...) Entretanto, nem o caráter natural, a igualdade e a universalidade são suficientes. Os direitos humanos só se tornam significativos quando ganham conteúdo político. Não são os direitos de humanos em um estado de natureza: são os direitos de humanos em sociedade. (HUNT, 2012, p.17).

Desta forma, é preciso compreender que, mesmo garantidos no mundo político, esses direitos precisam ser protegidos por aqueles que os detêm para que não sejam retirados. Quando voltamos a tratar da década de 1980 no Brasil, encontramos uma rede dinâmica de movimentos sociais que se organizavam no contexto pós-ditadura. Entretanto, a democracia formal e a herança autoritária ainda presentes no aparelho estatal afetaram a transição política. Se a consolidação de um regime democrático contribuiu para a mobilização novos grupos de

militância, por outro lado, “o retorno à democracia coincidiu com o aumento da violência e a multiplicação de gangues, máfias e outras organizações criminosas em várias grandes cidades brasileiras” (PINHEIRO; ALMEIDA, 2009, p.30-31).

Portanto, essa incapacidade, omissão ou conivência cria um estado de não-direito a população, à medida que inibe o acesso às garantias e aos direitos civis básicos elencados na Constituição e faz a violência e o crime prevalecerem nesse contexto. “Há uma percepção geral de que os crimes comuns vêm aumentando desde o retorno à democracia” (VIVEROS VIGOYA, 2018, p. 35).

O projeto de sociedade que ainda está em curso, parece criar e manter uma classificação das pessoas e grupos, estabelecendo uma determinada ordem social. Mas, estas propostas “costumam gerar excedentes e objetos descartáveis destinados a serem o supérfluo e o refugo, como resultado do arranjo que se dá às coisas” (MELIM FILHO, 2010, p.14). Ou seja, na elaboração e execução dos projetos sociais, sobram seres humanos “refugados”, vistos como descartáveis. E “para que algo seja criado, deve-se destinar algumas coisas ao lixo” (BAUMAN, 2004, p. 32).

No entanto, nenhum objeto ou sujeito é refugo ou lixo por suas qualidades intrínsecas, mas estas características são atribuídas pelo coletivo para atender ao plano de dominação-exploração em curso. Assim, se criam lógicas produtoras de lixo humano e intensa criminalização dos problemas sociais. Aqueles, que são identificados pelo sistema de poder como “refugo”, são categorizados como pessoas “misteriosas, aterrorizantes, assustadoras e repulsivas” (MELIM FILHO, 2010, p.21).

Recupero os aportes teóricos da Criminologia Contemporânea como um campo relevante para discutir os objetos “violência”, “crime”, “criminoso”, “vítima”, e processos - oficiais e extraoficiais - de “reação social” ao crime (BRAGA, 2014). Emprego ainda a denominada Criminologia Feminista, que colabora para a “centralização” da perspectiva ponderada da “mulher” nas investigações desta natureza e realiza críticas contundentes na inação do Estado formal (CAMPOS; CARVALHO, 2011, p.152).

Dentre estas críticas acentuo a existência e incidência de um poder vertical entre dominantes e dominados; uma via punitiva do Sistema de Justiça que apenas o legitima enquanto instituto sexista, classista e racista (ANDRADE, 1999, p.48). Quando observamos a

sociedade e as normas que a regem, nos deparamos com um projeto que se mantém desde a colonização europeia no continente americano. Este empreendimento perpassa as oligarquias e regimes ditatoriais que permaneceram no poder durante grande parte do século XX. A história do Brasil e da construção das identidades é marcada por um contexto de violência histórica, estrutural e cotidiana (VIVEROS VIGOYA, 2018, p. 77-78).

Como exposto, a caracterização dada a autores de violências é a de que devem ser jogados em uma cela, trancados e a chave deve ser jogada fora (MISTURA, 2015). Em uma alusão ao campo, recorde falas de dois assistidos, que corroboram esta discussão:

“Cara, eu não sou um monstro, sabe? Eu nem botei a mão nela. A gente brigou, se desentendeu, mas eu não bati não! Agora todo mundo acha que eu espanco. Aí, ela colocou no B.O. que eu bebo, uso droga, até umas coisa’ bem pesada sabe, que não tem nada a ver... Gente, quem é que faz um churrasco e não toma uma cervejinha no final de semana?”

(...)Eu quero mudar, sabe? Ser um marido melhor, um pai melhor, mas todo mundo acha que eu sou violento. Até o B.O. tava escrito “agressor”, bem grandão assim, sabe?”²⁶

Em suma, defendo uma abordagem multidimensional da questão da violência contra a mulher que respeite a dignidade humana de cada uma das partes envolvidas. Primeiramente, porque a atuação neste campo requer soluções complexas e articuladas, para além do mito tradicional de “transformação” do autor em um sujeito “pacífico” (ZORZELLA; CELMER, 2016, p.105); em segundo lugar, porque a opressão de gênero por si só é estruturada em diferentes dimensões (institucional, simbólica e individual) (COLLINS, 2015); e, por fim, porque como vimos, a produção de novas violências contra aqueles que ocupam o polo ativo desse fenômeno relacional não produzirá quaisquer efeitos positivos (BILLERBECK, 2018, p.152).

Além disso, entendo que os processos de vida através dos quais cada homem constrói sua perspectiva do que é ser homem, pode ter sido carregada de violências. Por isso mesmo, “(...)não podemos falar da masculinidade como uma constante, uma essência universal, mas sim como uma articulação fluida e em constante mudança de significados e comportamentos²⁷ (KIMMEL, 1998, p.210).

²⁶ Trechos de anotações do diário de campo produzidas nos 08 e 16 de julho de 2021, respectivamente.

²⁷ Tradução livre da autora. Do original em espanhol: “(...) no podemos hablar de la masculinidad como si fuera una constante, una esencia universal, sino más bien como una articulación fluida en y constante cambio, de significados y comportamientos. En ese sentido, debemos hablar de masculinidades, reconociendo así las

Sendo assim, “damos sentido para tudo o que fazemos (antes, durante ou depois da ação), dentro de uma realidade (imediate ou proposta), intralinguística, socialmente negociada e construída” (SHOTTER, 1993, p. 8). Através dos diálogos, as versões compartilhadas pelos diferentes grupos sociais, cristalizadas em discursos oficiais, e consolidadas como meio de inteligibilidade hegemônica são desmanteladas. Portanto, a partir do momento em que o indivíduo se posiciona, ele produz sentido às suas experiências por meio da interação com o *outro*.

5.2. Centro Especializado de Reabilitação do Autor de Violência Doméstica - CERAV

Cada GHAV observado no CERAV possui uma dinâmica própria, dada de acordo com os participantes que o compõem. Todavia, há dois fenômenos que se repetiram, efetivamente, nos encontros em que eu participei na instituição: i) os discursos dos homens sentenciados divergiam das narrativas daqueles que participavam das reuniões de forma “voluntária”²⁸; e ii) o comportamento dos assistidos variava conforme avançavam nos encontros, corroborando a hipótese de mudança de pensamento e conduta propostas pelos grupos de reflexão.

Os assistidos que participaram das reuniões de forma compulsória, ou seja, cumpriram os encontros pelo fato de terem sido sentenciados – esta foi a ou uma das penas aplicadas – o faziam com melhor “disposição” que aqueles aos quais a presença nos grupos fora “recomendada”. Verifiquei tal situação em um dos encontros através da fala de Roberto, que foi sentenciado a participar do CERAV e disse:

Eu gosto de vir aqui, converso um pouco, me distraio, sabe? Porque eu sei, preso não se recupera, mesmo que no *Carpe Diem* seja diferente, mesmo assim... É difícil ouvir vocês falando da gente, é difícil falar do que eu não gosto em mim, mas é pior ainda deixar passar. (...) Porque se eu tivesse vindo da primeira vez, eu não teria ido pra lá [Carpe Diem]. Fiquei 17 dias preso, né? (...) A gente tem que aprender a resolver os problemas de uma vez, sem deixar passar, porque daí fica pior depois. Aqui vocês conversam com a gente, ouvem... Não é sempre que a gente tem isso não.²⁹

Por outro lado, Wesley, que cumpriu medida protetiva por acusação de violência física afirmou que:

diferentes definiciones que construimos acerca de lo que significa ser hombre. Al pluralizar el término, reconocemos que la masculinidad tiene significados diferentes para distintos grupos de hombres en diversos momentos”.

²⁸ Não é de fato uma participação voluntária, realizada de boa vontade por completo, mas o cumprimento torna-se atenuante na emissão de uma sentença judicial.

²⁹ Trecho de anotação de diário de campo produzido no dia 01 de julho de 2020.

Aí o juiz pergunta: ‘Ah, *cê* tá arrependido pelo que fez?’, e eu falei: ‘Não *tô* não’. *Cê* acha? Ela me traiu, eu peguei ela na cama, meu, dei uns *tapa* nele e nela, fiquei ‘de corno’ e o outro quer que eu me arrependa? (...) Tudo tem limite, sabe? *Cê* acha normal? E ainda que eu não fiquei louco, porque tem um cara que pôs fogo nele mesmo, dentro do carro depois que ele descobriu que a mulher tava traindo ele. E depois que ele morreu ela ainda falou: ‘Agora queimou o chifre’. *Cê* acha?’³⁰

Através destes discursos, percebe-se que a produção de sentidos naquele espaço transitava por variados universos e repertórios interpretativos, dada a posição que ocupavam – como sentenciados ou com participação voluntária.

Quanto ao comportamento observado no decorrer dos 15 encontros, foi possível verificar que muitos homens chegavam até a instituição envergonhados, calados e até mesmo se dirigiam às técnicas de forma arrogante, como verifiquei nos gestos e falas do assistido Robson.

Enquanto Aline ressaltava a importância de participar dos grupos, eu conversava com José, que, sentado ao meu lado, cochichava para mim o incômodo com a participação de Robson: ‘Eu sei porque eu *tô* aqui, eu fiz besteira, então tenho entender, né? Agora, não adianta ficar revoltado, sair toda hora e ficar sendo grosso com elas, porque elas estão trabalhando, ajudando a gente. Elas têm formação, né?’. Assenti com a cabeça e, quando cruzei o olhar com Robson, percebi que ele observava a mim e a José. (...) Robson termina perguntando: ‘Você é psiquiatra, né?’, ao que Jéssica responde: ‘Não, sou psicóloga!’, e ele continua, com um comportamento que encarei como desdém às profissionais: ‘Ah, então você não é médica, é terapeuta. Mas, mesmo assim, acho vocês inteligentíssimas, eu acho o trabalho de vocês essencial, só acho que não dá pra ficar generalizando! Estamos tristes, ninguém quer tá aqui, pô!’.³¹

Aqui, cabe aqui explicar que o espaço físico do CERAV, tem a estrutura de uma casa. Como tal, na frente da instituição há apenas um portão de grades automático, através do qual é possível avistar uma escada, com poucos degraus, que dá acesso à porta da frente da organização. Ao entrar, do lado esquerdo há um espaço utilizado como recepção e, logo a frente há um corredor, por meio do qual é possível chegar: à sala de atendimento da assistente social (primeira porta à esquerda); à sala da psicóloga (primeira porta à direita); à copa, que dá acesso à cozinha industrial (segunda porta à esquerda); à sala dos encontros com os autores (segunda porta à esquerda); e à frente mais uma escada, que leva às salas do gerente geral e da assistente administrativa.

³⁰ Trecho de anotação de diário de campo produzido no dia 29 de julho de 2021.

³¹ Trecho de anotação do diário de campo produzido no dia 26 de novembro de 2021.

A estrutura é simples, e o prédio passou por reformas para poder atender aos serviços do CERAV. No entanto, aqueles que chegam ao espaço não tem onde se “esconder”; com as portas para a rua, e sem uma sala de espera, quem chega precisa aguardar na “garagem”, o que foi relatado como *constrangedor* para alguns.

Em alguns encontros, os HAV apontaram sentir *vergonha* de frequentar a instituição, sobretudo, porque, o espaço já foi sede de uma DDM, e este é um fato conhecido pelos moradores do bairro e por quem frequenta a organização. Com horário de início marcado para às 08h30, quando ocorriam imprevistos e o portão de acesso ainda não estava aberto, os homens precisavam aguardar do lado de fora.

Para quem observava a situação, que ocorria com frequência, encontrava a seguinte cena: vários homens “espalhados” pela rua, distraído-se nos celulares ou de cabeça baixa, evitando contato visual entre si. Muitos aguardavam dentro dos veículos ou próximos às motocicletas, que estavam estacionadas à certa distância do portão do CERAV. Em uma das visitas, pude ouvir um diálogo que se desenrolava entre dois dos assistidos, e que relatei em meu diário de campo:

Roberto³² dizia pra Samuel: “É, cara... eu gosto também, mas essas coisas que é foda”, tocando o indicador no outro pulso, fazendo sinal de relógio, completou: “Já é 8h40 e a gente aqui. (...) as pessoa passa aqui e vê a gente e já sabe que não é coisa boa. Puta vergonha (*sic*)!”³³

Em outra situação, Andrey³⁴ relata o desconforto da participação em relação ao trabalho:

“Porque eu sou vigilante, né?... Aí eu tive que falar pro meu chefe que eu precisava sair mais cedo, se não dava pro outro rapaz assumir mais cedo, senão eu não chegava a tempo aqui... É que eu venho direto, né? Termino o turno da madrugada e venho (...) Só que na hora que eu falei, tinha um colega do lado e eu tive que explicar porque tô aqui! Eu tô com medo de ser mandado embora...”³⁵

Estes cenários demonstram uma inversão na lógica da dominação a que nós mulheres estamos expostas cotidianamente: os homens são levados a refletir, apenas pelo vínculo com a instituição, quais os seus papéis sociais. Se na vida social os homens gozam de uma posição de poder, historicamente situada, que os coloca no topo da hierarquia de gênero, quando esse lugar

³² Mecânico, 42 anos, branco, ensino médio completo; com medida protetiva.

³³ Trecho de anotação do diário de campo produzido no dia 30 de julho de 2021, em Sorocaba/SP.

³⁴ Vigilante, 38 anos, branco, ensino médio completo; sentenciado.

³⁵ Trecho de anotação do diário de campo produzido no dia 08 de julho de 2021, em Sorocaba/SP

social é questionado, percebemos que a noção de ser social dominante se liquefaz. Ora, se em uma perspectiva binária de gênero, há a inversão dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, as estruturas hegemônicas de poder são penetradas por rachaduras profundas.

Esta é, portanto, uma das funções que observo nos grupos reflexivos: a desnaturalização das posições e matrizes sociais produzindo outros sentidos a partir da construção de novos discursos e relações. Algumas falas no GHAV ressaltavam os lugares de privilégios ocupados pelos homens: “Até porque, a gente normaliza aquilo que faz parte da nossa rotina, né? (...) Eu entendia que eu ‘tava certo... entendeu? Porque eu sei que tem violência, mas daí falar que é responsabilidade minha resolver os problemas da sociedade e do mundo, tá errado!”³⁶.

Retomo a noção de Carole Pateman a respeito do casamento para discutir a relação firmada entre homens e mulheres e a instituição de relações sociais de gênero. Para a autora, o casamento é como um contrato sexual, que tacitamente produz obrigações e deveres a serem cumpridos por parte das mulheres, e que criam o “direito sexual masculino de acesso sistemático aos corpos das mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 17). Fato é que, nas mulheres sempre recai a obrigação de doação integral de si aos cuidados com o companheiro, a família e o lar, noção essa que difere nitidamente da perspectiva liberal de contrato social historicamente estabelecido pelos filósofos contratualistas.

A teoria do contrato social convencionalmente é apresentada como uma história sobre a liberdade. Uma interpretação do contrato original é a de que os homens no estado natural trocaram as inseguranças dessa liberdade pela liberdade civil e equitativa, salvaguardada pelo Estado. A liberdade é universal na sociedade civil; todos os adultos desfrutam da mesma condição civil e podem exercer sua liberdade como se esta estivesse reproduzindo o contrato original quando participam, por exemplo, do contrato de trabalho ou do casamento (PATEMAN, 1993, p. 16).

Assim, de forma distinta, a concepção contratualista de Estado não pode ser retomada no contexto das relações sociais de gênero, uma vez que a figura de Estado é substituída pela do homem como aquele que rege a ordem social. Há o estabelecimento de relações sociais de poder desiguais e de subordinação, que estão implicitamente inseridas na concepção liberal do contrato do casamento.

³⁶ Robson, técnico de Gestão Ambiental, branco.

Em um dos encontros no CERAV, Aline retomou a temática do casamento lembrando a situação de um casal de conhecidos que definiram algumas “normas” para àquela convivência:

“Eles são que nem Lampião e Maria Bonita. Eles mesmos falam isso e dão risada. E já combinaram: ‘A gente vai sair na mão, só não pode puxar a faca’. Isso tá certo? Não sei, não posso julgar, mas eles tiveram maturidade pra entender até a relação, como é que eles vão se relacionar, entende? (...) E porque casamento é sociedade.”³⁷

Afirma ainda, em outra circunstância:

A gente tem que olhar como um caleidoscópio, porque a gente não é só uma coisa. E isso é um ponto que desgasta no relacionamento. Porque a mulher vira ‘a mulher do fulano’, e fulano vira ‘marido da beltrana’”.

(...)

[E] ninguém nasce para fazer a vida do outro um inferno. Vocês precisam aprender a desenvolver o amor-próprio, e é isso é muito diferente do egoísmo. Tem um rapaz que começou a namorar somente aos 26 anos, ficou com ela uns 6 meses. Só que na primeira semana de namoro ela puxou uma faca pra ele e bloqueou todas as amigas dele no *Facebook* dele. Aí eu perguntei: ‘Meu, por que você ficou com ela?’, e ele falou ‘Ah, porque eu queria postar foto no *Instagram* com ela.’ Então, assim, as pessoas precisam aprender a afirmar o que querem.

(...)

Aline diz: ‘Todos que estão aqui, estão porque receberam menos que aquilo que mereciam’, e antes que percebesse, Samuel reagiu: ‘É mesmo?’.³⁸

5.3. “Mas eu não sou um agressor”: o ciúme, a embriaguez e as sessões no CERAV

Durante uma outra sessão, José (um assistido de meia idade) se manifestou sobre sua relação com a ex-companheira enquanto aconselhava os participantes mais novos a respeito das relações estabelecidas no casamento. Disse:

“Eu tinha muito ciúme dela nas redes sociais, então eu mexia no celular dela, ficava caçando foto até de 2009, isso que a gente nem tava junto naquela época. Aí ela não tava em casa e eu continuei olhando as coisas, aí eu bebi, bebi muito. E eu tinha tomado remédio já. Eu tomei uma garrafa de whisky. (...) Quando ela chegou, eu já tava mal e a gente discutiu, e eu segui ela no condomínio. Só que eu tava de carro e comecei a passar mal, aí fui pro hospital. (...) eu voltei pra casa porque eles não me atenderam e aí eu peguei ela pelo pescoço, olha só que besteira... na frente dos meus filhos.

³⁷ Trecho adaptado de caderno de campo produzido no dia 27 de agosto de 2021.

³⁸ Trecho de arquivo de áudio e de caderno de campo produzidos no dia 25 de junho de 2022.

[Olhando para Arthur, um outro assistido de 21 anos, José disse:]

O ciúme é perigoso, viu? Eu estraguei a minha vida e a minha carreira por causa de besteira.³⁹

E continuou afirmando que não tinha intenções de se casar anteriormente, embora já estivessem namorando há algum tempo, mas que resolveu “ser homem” e oficializar a relação, já que, como militar, considerava como desonra não se casar com a ex-companheira. Percebo, assim, a “importância da formação militar para os homens, como ferramenta que sustenta, justifica e recria os valores patriarcais dominantes na sociedade civil.” (VIVEROS VIGOYA, 2018, p. 79).

Em um encontro, a discussão ocorreu principalmente em torno do ciúme e da “defesa da honra do homem”. De acordo com a Lei 11.106, desde 2005, o adultério deixou de ser crime tirando do Código Penal a pena de 15 dias a 6 meses de detenção para quem o praticasse. Entretanto, permanece firme a noção social de que o acesso às mulheres deve ser exclusivo; as relações monogâmicas são unilaterais, e que a mulher deve ser fiel para não ferir a “honra” do homem. Enzo, um dos assistidos, afirmou nesta reunião: “Tive dois amigos que até se mataram... e jovens, viu?”⁴⁰

Sobre esta passagem, retomo uma fala de Aline em uma das reuniões:

Eu costumo falar assim, existe o eu, o você e o nós. As vezes o cara é maravilhoso, as vezes a menina é maravilhosa, mas junto é uma merda (sic). Porque aquele subproduto que dá, que é o resultado do ‘nós’, o casal, é uma porcaria. Ele sozinho é um cara massa pra caramba, ela sozinha é um espetáculo, mas juntos, os dois, eu não sei que fórmula do capeta que dá, que vira um caos.”⁴¹

Naquele encontro, José ainda deu um último conselho à Arthur, afirmando que o sentimento de revolta por estar no CERAV, ou a raiva que sentia de sua ex-companheira, deveriam ser esquecidos, e que ele deveria aproveitar a oportunidade de estar ali para ouvir e evoluir. Arthur acolheu o conselho, e ao final do encontro compartilhou que acreditava que a responsabilidade pelo que aconteceu era dele e do descuido com a bebida, e que já estava frequentando o grupo de apoio dos Alcoólicos Anônimos (AA).

³⁹ Trecho de arquivo de áudio e de caderno de campo produzidos no dia 19 de novembro de 2021.

⁴⁰ Trecho adaptado de caderno de campo produzido no dia 28 de julho de 2021.

⁴¹ Trecho arquivo de áudio e de caderno de campo produzidos no dia 25 de junho de 2021.

No interior dos grupos, quando um novo membro era inserido nas reuniões, com frequência ouvia-se a expressão: “Mas eu não sou um agressor!”, que por vezes era acompanhada de argumentos de diferentes membros, por mim entendidos por como forma de justificativa para não frequentar a instituição.

Como esperado por esta política pública, em alguns encontros, o processo dialógico desenvolvido dispensava a mediação das técnicas, e os próprios assistidos propiciavam o espaço de escuta e conversa:

Na sala onde os grupos acontecem já havia cinco homens - que acabariam sendo os únicos até o final da reunião - e a assistente social, Aline; Jéssica estava de férias. Entre os presentes, dois rostos conhecidos, que identifiquei como José⁴² e Robson.

O encontro começou e Aline contou que ontem [25/11] fez sete atendimentos na DDM de violência sexual contra crianças. Além disso, contou que em um dos atendimentos, uma mulher chegou à delegacia com um casal de filhos portadores de necessidades especializadas – Down e Asperger, e que a mulher estava com 3 costelas quebradas e 4 dentes quebrados, e as crianças descalças e sujas, porque passaram a noite na rua fugindo do agressor.

Nesse instante, observei as reações dos presentes, e enquanto muitos abaixavam a cabeça e murmuravam interjeições, Robson disse: “Nossa, mas não precisava agredir a moça desse jeito”, e logo José disparou: “Não precisa agredir de jeito nenhum!”

[...]

Aline concluiu a história, dizendo que o tempo de flagrante – marcado por 24 horas após a ocorrência – já tinha passado e, portanto, o homem teve que ser liberado pela Polícia Militar. Nesse momento, Robson teceu alguns comentários: “Eu sei que esse caso aí é grave, mas não é o meu! Eu não espanquei ninguém! Eu ajudo tanta gente, sabe? (...) Tô tranquilo com meus atos, e acho que tem exagero nas coisas.” Antes que Robson continuasse, José interveio: “Mas ela não tá falando de você, é só um exemplo. (...) A gente sabe que cada um tem um caso, ela tá falando no geral só.” O restante do grupo permaneceu em silêncio, e Aline também se absteve, permitindo a discussão entre os dois assistidos.

[...]

Robson continuou: “(...) isso aqui, *pra* mim, é uma vergonha! Eu não vim aqui na semana passada, porque eu esqueci, entende? Porque *isso* não faz parte de mim! (...) Eu não sinto culpa, eu conheço as minhas ações!” Depois se corrige: “Não é vergonha de *estar aqui*, mas eu tenho mais coisa *pra* fazer, entende? (...) Eu não sei porque eu *tô* aqui”. Esta última fala foi disparadora de uma resposta assertiva de José, que exaltado, tinha as mãos trêmulas na cadeira ao lado da minha: “Eu sei porque eu *tô* aqui! Se eu não entender que, com o

⁴² Ex-capitão do exército, 52 anos, branco.

perdão da palavra, eu fiz ‘merda’, que eu fiquei cego de raiva, e que eu preciso falar disso, que homem sou eu?”.⁴³

Neste ponto, destacamos que a percepção dos homens sobre a autoria da própria violência é mais difícil quando comparada à do *outro*. O processo de reflexão é mais duro quando tratamos do *eu*. Em uma conversa, o locutor se posiciona e posiciona o outro, ou seja, quando falamos, selecionamos o tom, as figuras, os trechos, as histórias, e os personagens que correspondem ao posicionamento adotado por nós. E nesse posicionamento, as noções que os indivíduos têm de si mesmos são, de um certo modo, desarticulados, até o momento em que se localizam em uma história. Se muitas narrativas podem ser eleitas e produzidas, mesmo se tratando de um mesmo fato, muitos *eus* e *outros* também serão produzidos.

Em algumas sessões foi possível ouvir falas dos participantes dos grupos com menções ou referências à ingestão de bebidas alcoólicas como algo que pode ter desencadeado o descontrole ou a violência contra a companheira. Muito embora, os participantes das entrevistas não tenham mencionado de forma explícita o contato com a bebida, em outras circunstâncias e diálogos nos grupos, a relação com o álcool fora citada.

Mesmo que a questão do alcoolismo também não tenha sido foco de algumas discussões dos grupos, pude perceber que esta questão estava presente como pano de fundo no espaço físico do CERAV. Logo na entrada do prédio, por exemplo, há um quadro de avisos com vários dados da rede assistencial de Sorocaba, incluindo cartazes da Irmandade Alcoólicos Anônimos (AA). Na sala onde os grupos ocorriam, também havia um cartaz do AA.

Recorro aos estudos de Maria Izilda Santos de Matos, que discorre sobre a relação entre alcoolismo masculinidade, observando que o álcool é, junto à homens de várias classes sociais, um elemento de sociabilidade. O ébrio é aquele sujeito que “fala muito mais do que deve, sem preservar a intimidade, a reserva, os segredos, confrontando as normais sociais, pelas quais os homens eram orientados a assumir comportamentos” (DE MATOS, 2000, P.59) mais intimistas que resguardavam a vida privada. Alguns autores⁴⁴ vão tratar da questão da mudança de personalidade masculina quando este estava sob a influência do álcool.

⁴³ Trecho de anotação de diário de campo produzido no dia 26 de novembro de 2021, em Sorocaba/SP.

⁴⁴ Consultar RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. **Rio de Janeiro: Paz e terra**, p. 27-31, 1985; SANTOS, Fernando Sérgio Dumas Dos. Alcoolismo: algumas reflexões acerca do imaginário de uma doença. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 3, p. 75-96, 1993.; ESPOSEL, Faustino. Malefícios do álcool. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, v. 4, n. 3, p. 208-216, 1931.; e ESPOSEL, Faustino; LOPES,

O homem sob efeito do álcool não mede expressões e torna-se um provocador, no que De Matos denomina como “fase de valentia”. Na sequência, o ébrio torna-se uma criança frágil, que confunde as noções de público e privado, perdendo a razão e tornando-se, para alguns observadores, um homem desprovido de todos os “elementos positivos da masculinidade – força, energia, capacidade de competição” (DE MATOS, 2000, p. 60).

O uso do álcool apagava a inteligência no homem, acentuava a mudança de caráter, provocando uma excitação fugaz, seguida de abatimento nervoso, impulsões violentas, apatia considerável, cólera intensa, principalmente nas discussões (...). O alcoólatra perdia toda a sua energia, noção de honra e de conduta pública, do afeto pela família e amigos, das obrigações para com a sociedade, podendo caminhar para a obsessão, para o impulso criminoso, além dos males que deixava para a prole, degenerando a raça (DE MATOS, 2000, p.61).

Em uma reunião de grupo reflexivo do CERAV, a psicóloga Jéssica levantou a discussão sobre esta nítida mudança de comportamento estimulada pelo uso de bebida alcoólica na configuração da relação conjugal:

Teve um caso em que o rapaz era alcoólatra. Tinha prometido pra mulher, né, que não ia mais beber. Ele não era agressivo nem nada, mas tinha falado pra ela que ia parar [com a bebida]. (...) e aí ela chegou e ele tava, como se diz... largado no sofá. Então foi uma traição pra ela. Porque a bebida pode gerar violência, né, que a pessoa se altera também, mas é um problema grande em outros sentidos.⁴⁵

Em outra situação, Aline também comenta sobre dois ex-assistidos, que com frequência, e de forma extraordinária para a instituição retornam como autores de novos processos de violência doméstica:

Eles [Camilo e Eduardo] já passaram aqui várias vezes e eu não vou atender mais. Já falei pro promotor: ‘Não manda mais, porque eles não tem jeito.’ Não querem ir no AA, nem no NA, até porque ali a questão é outra, é pó... Eles não tem controle. Imagine que bateram na mãe deles por conta de um pedaço de bolo de aniversário. Eu não vou lidar com isso mais, porque só vêm pra perturbar os encontros, atrapalham... Tipo, o Eduardo, o problema dele é o álcool, ele bebe e fica agressivo, se transforma.⁴⁶

Ainda pude perceber que a forma como os grupos ocorriam, se diferenciava dos contatos e vínculos estabelecidos entre aqueles homens no âmbito externo às reuniões. Alguns

Ernani. Uma perícia médico-legal: estado degenerativo, alcoolismo crônico. *Archivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, 1914, n.3-4, p.190-240. 1914.

⁴⁵ Trechos de arquivo de áudio e de caderno de campo produzidos no dia 28 de julho de 2021.

⁴⁶ Trecho adaptado de caderno de campo produzido no dia 06 de agosto de 2021.

permaneciam muito calados durante as sessões com a psicóloga e a assistente social, entretanto, tão logo o grupo terminava, saíam pelos corredores conversando. “Conversar com quem não pensa como eu, eis o desafio do diálogo. (...) o desafio é conversar com quem está com medo de conversar. Com quem está na defensiva. Com quem pensa que já entendeu tudo” (TIBURI, 2015, p. 144).

A psicóloga relatou ainda, em um dos encontros, que alguns assistidos se tornaram muito próximos e criaram um time de futebol. Inclusive, neste mesmo encontro, Anderson afirmou que a ex-companheira não permitia que ele saísse de casa para encontrar com os amigos ou para jogar futebol. Afirmou que a separação não foi uma perda, mas um ganho, afinal pôde começar a construir boas memórias com os amigos.

5.4. Os desafios da mediação

Com relação às atividades desempenhadas pelas técnicas no centro são necessárias algumas observações. Como peça fundamental nessas negociações e diálogos entre os homens, há ainda a figura das técnicas que trabalham na instituição, e que mediam os encontros. Essa mediação ocorre, no CERAV, pelas técnicas com formação em Psicologia e Serviço Social, com cursos de escuta humanizada e acolhimento. A formação, apesar de não ser realizada por uma base comum, é orientada para perspectivas de facilitação e mediação dos grupos. Expressamente, as duas áreas a que as profissionais estão vinculadas, devem ser observadas com cautela, visto que se relacionam à uma perspectiva psicológica, sobretudo, no que tange a complexidade da problemática de gênero e violências.

Entretanto, nos 16 encontros em que participei, identifiquei algumas dificuldades para a conciliação dos diálogos, sobretudo, pelas técnicas serem mulheres. Cabe ressaltar a marca do gênero enquanto instrumento de poder próprio da relação de dominação entre homens e mulheres. Embora as técnicas ocupem lugar hierárquico superior aos autores, com frequência alguns discursos direcionados a elas são de caráter dominador, como vemos em:

Robson, procurava marcar sua posição dentro do grupo, e continuamente utilizou elementos discursivos de poder como: “Como é seu nome mesmo?”; “Ah, você é *psicóloga*, né? E não *psiquiatra*...”; e “Acho que você *tão* fazendo

o trabalho de vocês, certinho”. Além disso, interrompeu Jéssica e Aline o tempo todo, e saiu da sala 8 vezes durante o período do encontro.⁴⁷

Em uma entrevista Aline relata: “Já sofri ameaça, já tomei cuspidinha, já recebi gente com COVID aqui, que eu sei que a pessoa quis me contaminar. (...) Tomei uma cuspidinha, mas depois ele me deu um sabonete da Natura para lavar a cuspidinha de COVID”⁴⁸.

Além disso, a maioria das sessões que eram conduzidas por apenas uma das funcionárias ocorriam de forma mais tumultuada, pois os homens acabavam travando conversas paralelas, e dificultavam o andamento das reuniões. Mesmo que o diálogo seja estimulado, é preciso que os encontros versem sobre um determinado tema e que as discussões fluam neste sentido. Entretanto, quando fugiam da ordem do dia, os assistidos dispersavam a atenção.

Analiso que isso se deve à falta de formação em técnicas de mediação das profissionais. Aqui, não estabeleço a reprovação do exercício profissional, mas uma crítica à falta de amparo do estado de São Paulo, e do município de Sorocaba – como principal mantenedor da organização – à essas técnicas. Em conversas com as profissionais, verifiquei que todas as formações e cursos de aprimoramento que as técnicas realizaram foram por empenho próprio, e não por um incentivo da coordenação da instituição. Jéssica, a psicóloga, realizou um curso de pós-graduação em Violência Doméstica, e que possui trabalho de conclusão que versa sobre sua atuação com HAV.

Aline, que está na instituição desde a fundação, contou que quando o CERAV ainda estava localizado no centro da cidade, alguns grupos eram realizados no período noturno. Disse ainda, que em uma determinada época, dois dos assistidos do grupo faziam parte de facções criminosas rivais e que, de acordo com o “estatuto” de suas organizações, caso se encontrassem deveriam “se enfrentar”. Aline contou que, imediatamente, se pôs entre os dois – alterados – e, com a ajuda de um agente da Guarda Civil Municipal (GCM), afastou os dois assistidos.

Em outro relato, Aline contou que certa vez, um homem chegou para o primeiro atendimento na instituição bastante nervoso. Enquanto ofendia toda a equipe técnica, efetuou alguns disparos de arma de fogo, e Aline quase foi atingida. Nesta época, como o CERAV ainda contava com o policiamento da GCM, conseguiram conter o homem. Ele acabou sendo preso por 3 meses, e ao final da sentença precisou cumprir as sessões de grupos reflexivos. Passado

⁴⁷ Trecho de arquivo de áudio e de caderno de campo produzido no dia 26 de novembro de 2021.

⁴⁸ Trecho adaptado de caderno de campo produzido no dia 13 ago 2021.

o período no CERAV, o homem se tornou amigo de Aline, e atualmente ele brinca dizendo: “E pensar que eu tentei te matar, hein?”⁴⁹.

Para além da relação das profissionais com os assistidos do CERAV, estas ainda ocupam mais de uma função na instituição: até setembro de 2021 a instituição estava sem um secretário para atender aos telefonemas e o portão. Portanto, tanto Jéssica como Aline interrompiam os grupos constantemente para atender a estas outras demandas, o que demonstra que esta política pública ainda não se efetivou completamente, algo que Jéssica externaliza com a frase: “Tá difícil essa vida de psicóloga e recepcionista, viu?”⁵⁰.

Entretanto, algumas observações precisam ser feitas visto que, por diversas vezes, as técnicas chegavam atrasadas na instituição, gerando uma falha no acolhimento daqueles homens, já que muitos que chegavam para participar pela primeira vez do GHAV, encontravam o portão fechado. Além disso, repetidas vezes, a atenção dispensada a mim pelas técnicas ignorava meu *status* de alguém externa à instituição; enquanto as sessões dos grupos reflexivos ocorriam, já me solicitaram que ficasse responsável por recepcionar aqueles que chegavam ou que fizesse registro das reuniões, como na função de uma assistente. Desta forma, a equipe técnica pode acabar reproduzindo certas violências, uma vez que a lida constante com situações de violência pode ocasionar naturalização e banalização. Portanto, é necessário que equipes de órgãos como este tenham formações contínuas para se atualizar em seus campos de atuação.

Todavia, observo que esta postura pode ser encarada como uma estratégia de atuação das profissionais visto que, como política pública vinculada ao Sistema de Justiça Criminal, o CERAV é um projeto de responsabilização da violência doméstica; não tem como intuito aprovar ou abonar as atitudes e situações perpetradas pelos assistidos, mas fornecer ferramentas para o processo de reflexão e servir também como medida de apenamento.

Percebo, em nova análise sobre alguns episódios com as profissionais, que a postura de atuação adotada, ao mesmo tempo que ampara, adverte aqueles assistidos. Não se trata de conceder “perdão” e abono às atitudes e episódios praticados pelos autores, mas de promover o processo reflexivo nos grupos.

É, isso que eu ia falar. Às vezes a educação, a desnaturalização, a responsabilização, faz mais resultados do que cair lá. Porque se você cair no

⁴⁹ Trecho de anotação do diário de campo produzido no dia 16 de julho de 2021, em Sorocaba/SP.

⁵⁰ Trecho adaptado de caderno de campo produzido no dia 13 ago 2021.

sistema, você não fica refletindo, você fica ali no sistema pensando em vingança, que vai sair e vai fazer pior (...) Agora, num lugar em que é o seu espaço de falar, de ser ouvido, né? (...) encontra alguém que te ouve, te acolhe, que vai te entender, que não vai te julgar... As vezes, eu falo muito aqui, eu falo muito aqui sobre isso, é que no grupo aqui, você que já participou você sabe como é que é quando era lá, eram trinta, né? Tanto que depois a gente começou a cortar o grupo, separar os grupos e você sabe como é que é. É, um fala, o outro fala, um acolhe o outro, às vezes eu e a Tati, a gente... quando a gente fazia os grupos, em que aqui eram vinte, às vezes a gente não tem um... como é muita gente, a gente não consegue ver o que o Wilson tá sentindo, mas o colega que senta todo dia, toda sexta-feira do lado dele, que sai daqui, que conversa com ele, que o Wilson dá carona... Ele sabe.⁵¹

O episódio acima reforça a importância do diálogo, pauta de discussão frequente nas reuniões. No entanto, apesar deste tema ser lembrado e debatido constantemente, o exercício de diálogo e das trocas, algumas vezes não foi oportunizado no grupo pelas técnicas. Em alguns momentos, a psicóloga e a assistente social interromperam as conversas paralelas entre os homens e até mesmo alguns desabafos. Como Isabela Oliveira verificou em estudo semelhante: “A impressão é de que a escuta entre ambos se extingue gradualmente à medida que a reunião é dominada por posicionamentos claramente distintos e que não acabam por convergir em diálogo” (OLIVEIRA, 2016, p.35).

DO QUE ATÉ AQUI...

Quando pensei nesta temática, ainda em 2020, tracei como objetivo geral a análise da violência contra a mulher como fenômeno persistente na sociedade brasileira. Em uma escrita prematura, considerei possível a leitura e compreensão total das subjetividades de cada indivíduo autor, sem cogitar os inúmeros atravessamentos, atropelos e produtos que a investigação poderia me gerar. Além disso, inicialmente, eu pretendia acompanhar as reuniões de grupos reflexivos no Projeto Tempo de Despertar, na cidade de São Paulo. Isso acabou não sendo possível, particularmente porque entramos num momento de distanciamento social devido à pandemia da Covid-19.

Pela violência contra a mulher ser uma questão sensível, e que atravessa diretamente minhas vivências, os relatos ouvidos no campo e as revisões bibliográficas sobre a violência doméstica produziram gatilhos para muitas dores psíquicas que eu até então negligenciava. Portanto, além da dificuldade produzida pela crise sanitária de Covid-19 que atravessei no início

⁵¹ Trecho adaptado de arquivo de áudio e de caderno de campo produzidos dia 16 de julho de 2021.

da Pós-Graduação para começar a coleta dos dados em campo, o isolamento social a que toda a sociedade fora submetida exacerbou meus conflitos internos.

Desta forma, revisei os objetivos propostos e, de forma prudente, os adequiei à uma prática possível: conhecer a realidade do Centro Especializado de Reabilitação do Autor da Violência Doméstica, em Sorocaba. O acesso ao campo fora facilitado, o cronograma de execução era viável – considerando as dificuldades impostas pela pandemia –, e a análise pretendida, honestamente, possibilitaria a execução dos objetivos propostos; então, iniciei a escrita do texto.

Com as discussões do capítulo inicial intitulado “*Introdução*”, apresentei o cenário pandêmico de aumento da violência doméstica e expus o interesse em compreender a violência pela perspectiva de quem está “do lado de lá”. Parto da noção de que “o pessoal é político”, e que a condução desta investigação recusou a “neutralidade” das ciências e do fazer da pesquisa acadêmica.

Apresentei o contexto sorocabano em que este trabalho se desenvolveu, elencando as instituições que compõem a rede assistencial de combate à violência doméstica, bem como as características da instituição pesquisada – CERAV (Centro de Responsabilização do Autor em Violência Doméstica). Tracei, ainda algumas características sobre o Carpe Diem para produzir uma crítica à um modelo de apenamento constantemente lembrado durante os encontros pelas técnicas, mas que, em meu entendimento, apenas reforça o caráter punitivista do Sistema de Justiça Criminal. Este projeto citado precisa ser observado com criticidade, considerando o cenário político atual de avanço do conservadorismo de direita na cidade de Sorocaba, para que não seja utilizado como substituição do CERAV nos próximos anos. Em tempo: o uso da interdisciplinaridade como ferramenta e método foi fundamental para uma pesquisa mais livre.

A interação reflexiva propiciada pelos GHAV, e os dados coletados pela investigação de campo e, situando os problemas sociais no contexto *nossamericano* (VIVEROS VIGOYA, 2018) próprio do entrecruzamento entre gênero e capital. De fato, a instituição não possui dados quantitativos para assegurar a eficácia dos grupos. Ainda assim, amparada em noções teóricas que embasaram os diferentes momentos de realização da pesquisa, alcancei um sentido crítico aos processos de constituição da sociedade, bem como suas estruturas de poder e dominação tratando sobre a condição humana na contemporaneidade e as noções de direitos humanos.

Não somente a escrita e a pesquisa amadureceram pelas idas ao campo, mas meu desenvolvimento enquanto pesquisadora, e foi através da figura de Roberto, um dos assistidos pelo CERAV, que avaliei este processo. A cada encontro, ele fazia questão de puxar assunto comigo, ou comentar algo sobre ter estado em minha cidade natal – Itu. Mesmo após o início das sessões, Roberto dava o tom das conversas nas reuniões em que esteve presente, pois sempre contava uma história engraçada para “quebrar o gelo” ou caçoava, de forma amigável, de algum relato compartilhado no grupo.

Como narrado, antes de frequentar o CERAV, e conhecer os assistidos, eu ainda estava tomada por um pré-conceito sobre aqueles indivíduos. Hoje, percebo que são homens comuns, que encontramos na rua, com os quais nos relacionamos afetivamente, são nossos colegas de trabalho ou parentes. De forma geral, os HAV assistidos pela instituição não são essencialmente “maus” ou “violentos”, ou refugio da sociedade como já discutimos, mas em determinado momento foram *autores* de uma violência. Sem dúvidas, e recorrendo às palavras do clássico texto de Bronislaw Malinowski,

se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil. Mas, quanto maior for o número de problemas que leve consigo para o trabalho de campo, quanto mais esteja habituado a moldar suas teorias aos fatos e a decidir quão relevantes eles são às suas teorias, tanto mais estará bem equipado para o seu trabalho de pesquisa. (MALINOWSKI, 1976, p.26).

Portanto, o exercício da alteridade e do olhar sobre o outro foi fundamental para a realização deste trabalho. Nada é estático, e as pessoas também não o são. No entanto, essa diferença existente entre os indivíduos é muitas vezes discrepante e difícil de compreender. Sobretudo, quando nos deparamos com situações e realidades que não fazem parte de nosso repertório de vida ou que não temos contato prévio.

Ainda no terceiro capítulo em “*‘Mas eu não sou um agressor’: o ciúme, a embriaguez e as sessões no CERAV*” discuti a respeito de uma realidade que, mesmo tendo vivido a violência, não fez parte das minhas experiências pessoais: o álcool como combustível para o exercício da violência.

Pude perceber, a partir dos relatos, que a violência sempre terá uma justificativa para aqueles que a cometem. Embora estes grupos de reflexão tenham produzido, em seus diferentes moldes, localidades e objetivos, resultados positivos para a desconstrução da masculinidade

hegemônica e para a redução da reincidência destes autores, a violência ainda será justificada por eles. Nos diálogos ouvidos no CERAV e na bibliografia referenciada notei que os homens utilizam elementos como álcool, drogas, família, filhos, ciúme, medo, solidão, trabalho ou até falta de informação para se eximir da responsabilidade pela violência praticada. Assim, o caminho para a desconstrução das agências de opressão e da perspectiva patriarcal de dominação de gênero carece de atenção, sobretudo, em iniciativas como o CERAV que se pretendem transformadoras das relações sociais.

Assim, optei por nomear esta última sessão como “*Do até aqui...*” por entender que este trabalho está longe de ter sido concluído. Primeiramente, porque acredito que a pesquisa acadêmica não se encerra em si mesma, mas atende aos propósitos e objetivos fixados inicialmente; o campo é vasto, e cada coleta de dados renderia inúmeros trabalhos possíveis. Segundo, pois não tenho a pretensão de esgotar os temas das masculinidades e dos grupos reflexivos, em se tratando de noções tão complexas e dinâmicas. Sendo assim, vou finalizando este trabalho abrindo para novos debates e questões que dele podem surgir, enquanto anseio por um movimento de provocação da construção de novos saberes e produções do conhecimento científico. Pois, reconhecer que a masculinidade hegemônica é engendrada a partir de uma cultura de dominação que ataca a autoestima, e apenas cria uma “noção de que obtemos nosso senso de ser a partir do domínio do outro” (hooks, 2021, p.127), nos permite criar novas formas de relações e interações menos rígidas e libertadoras. Nesta direção, espero contribuir para a produção acadêmica e feminista contra o sexismo, a opressão e a exploração. O que está escrito na História não se altera; o tempo não regride. O futuro, todavia, é um livro em branco e cabe a nós alterar seu rumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Fernando. **Conversas homem a homem**: grupo reflexivo de gênero: metodologia. v.3 (Coleção Homens e Violência de Gênero). Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p.105-117.
- ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G. MEDRADO, Benedito. Introdução. In ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G. MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades**: outras palavras 2. Ed. São Paulo: ECOS, 1998. P. 15-30.
- BADO, Patricia et al. Mental health problems predict inequalities in accessing online classes during COVID-19 pandemic in youth. **PsyArXiv**, 2022.
- BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: GODINHO, Tatau; VENTURI, Gustavo (orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc. 2013, pp. 63-78.
- BATISTA, Cristina Santos; BERNARDES, Jefferson; MENEGON, Vera Sônia Mincoff. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, Mary Jane Paris et al (Org.). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. 1. ed. Rio de Janeiro: CEPS, 2014, p. 97-122.
- BARBOSA, Sérgio Flávio. Experiência de intervenções com homens: para além de abrir vidros de azeitonas. In ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G. MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades**: outras palavras 2. Ed. São Paulo: ECOS, 2001. p.259-269.
- BARROS, Manu; MENDONÇA, Viviane Melo de. A contribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres sorocabanas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 12** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BEIRAS, Adriano et al. **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil**: Mapeamento, análise e recomendações. CEJUR. 2021. 277p.
- BILLAND, Jan Stanislas Joaquim. **Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres?** Etnografia de um grupo reflexivo. 2016. 187f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-06022017-094542/pt-br.php>.
- BILLERBECK, Luana Márcia de Oliveira. **Subjetividades masculinas**: identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná. 2018. 222f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.
- BOLA, JJ. **Seja homem**: a masculinidade desmascarada. Tradução de Rafael Spuldar. Porto Alegre: Dublinense, 2020. 176p.

BOTÃO do Pânico da GCM passa a se chamar ‘Protege Mulher’ em Sorocaba. **G1 Sorocaba e Jundiaí**. 05 mar 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2020/03/05/botao-do-panico-da-gcm-passa-a-se-chamar-protege-mulher-em-sorocaba.ghtml>.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kühner. 18.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. 207p.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Reintegração social e as funções da pena na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 107, p. 339-356, mar./abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.984, de 3 de abril de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões Atuais entre a Criminologia Feminista e a Criminologia Crítica: a experiência brasileira. In: Campos, Carmen Hein de. (Org.) **Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.

CDP de Sorocaba comemora 10 anos do Carpe Diem. **Governo do Estado de São Paulo**. 2019. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/cdp-de-sorocaba-comemora-10-anos-do-carpe-diem/>.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA MULHER (CIM-Mulher). **Plano de Trabalho 2019/2020**. Sorocaba: 2019. 13p. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/12E9TXNEjwnNYJJ3iwwl62bLokkyes4QJ>.

CIM MULHER. **Cerav**. Disponível em: <http://cimmulher.org.br/cerav/>.

COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE. **Núcleo de Masculinidades**. 2020. Disponível em: <https://www.mulheres.org.br/atendimentos/nucleo-masculinidades/>.

COLLINS, Patricia Hill. “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”. MORENO, R. (org.) **Reflexões e Práticas de Transformação Feminista**. São Paulo: SOF, 2015, p.13-42. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wpcontent/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista-1.pdf>

COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Relatório América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19: Efectos económicos y sociales**. Informe especial COVID-19. n.1. abr 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publications>.

CONSELHO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA (CPJ). Ministério Público do Estado de São Paulo. **Ato normativo nº 376, de 15 de maio de 2012**. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/GEVID/ATO%20NORMATIVO%20GEVID>. pdf.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

CONNELL, Raewyn (Robert W.); MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n. 21, p.241-282, jan-abr, 2013.

DANTAS, B. M.; MÉLLO, R. P. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, n. 20 (spe). 2008. p. 78–86. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400011>.

DARKE, Sacha; KARAM, Maria Lucia. Prisões Latino americanas. **Recuperado de <https://ssrn.com/abstract>**, v. 2810994, p. 82-91, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sacha-Darke/publication/303312518_PRISOES_LATINO_AMERICANAS/links/573c7b9208ae9ace840fd818/PRISOES-LATINO-AMERICANAS.pdf

DA MATTA, Roberto. Você Sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELEGACIA de Defesa da Mulher de Sorocaba passa a funcionar 24 horas. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**. 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/delegacia-de-defesa-da-mulher-de-sorocaba-passa-a-funcionar-24-horas/>.

DE MATOS, Maria Izilda Santos. **Meu lar é Botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2000. 112p.

FALCÃO, Márcio; GUERREIRO, Gabriela. Para rebater deputada, Bolsonaro diz que não a 'estupraria'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 dez. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1559815-para-rebater-deputada-bolsonaro-diz-que-nao-a-estupraria.shtml>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP); INSTITUTO DATAFOLHA. A vitimização de mulheres no Brasil. 3.ed. 2021. 44p. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3ed/.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. 16 abr 2020. ISBN 978-65-89596-03-5. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/05/violencia-domestica-covid-19-v4.pdf>

FURTADO, Barbara Siqueira. O método APAC para o cumprimento de penas privativas de liberdade à luz das finalidades da sanção penal: ressocialização ou reintegração social? Ribeirão Preto, 2018. 236 p.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Trad. Rosaura Eichenberg. 1ed. Curitiba, PR: A Página, 2012.

hooks, bell. **O Feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 15ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Biografia**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>.

INSTITUTO NOOS. **Instituto**. 2022. Disponível em: <https://noos.org.br/instituto/>.

JAPIASSU, Hilton. O espírito interdisciplinar. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, Oct. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512006000300006&lng=en&nrm=iso.

KANT DE LIMA, Roberto (Org.). Prefácio. **Antropologia e direitos humanos 2 – Prêmio ABA/FORD**. Niterói: EdUFF, 2001.

KIMMEL, Michael S. El desarrollo (de género) del subdesarrollo (de género) – La producción simultánea de masculinidades hegemónicas y dependientes en Europa y Estados Unidos. In VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (orgs). **Masculinidades y equidad de género en América Latina**. Santiago: FLACSO-Chile, 1998. 284p.

KIVEL, Paul. **Men's Work: How to Stop the Violence That Tears Our Lives Apart**. Center City: Hazelden, 1992. 302p.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. **Social suffering**. Univ of California press, 1997.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente et al. Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas. **Carta de Conjuntura**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. n. 54. 2022. 16p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/03/desempenho-recente-do-mercado-de-trabalho-e-perspectivas-2/>

LEITE, Kelen Cristina. Desigualdades e Políticas – o papel da Ciência. In: SOUZA, G. T.; MELO, T. M. P. C; SILVA, V.A.S. (Orgs.). **O tabuleiro das (im)pertinências**. Ciências humanas e ciências de dados: aproximações. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

LOBO, Janaina Campos. Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e a “incomunicabilidade da dor”. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 20-26, 2020.

MACHADO DA SILVA, L.A. Violência e sociabilidade: tendências da atual conjuntura urbana no Brasil. In: QUEIROZ RIBEIRO, L.C. e SANTOS Jr, O.A. (orgs.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do pacífico ocidental. SP: Abril Cultural, 1978.

MANDARINO, Renan Posella; BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ROSA, Larissa. A participação da vítima no controle da cifra oculta da criminalidade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v.37, n.1, p. 281-299, jan-jun, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28877>.

MATOS, Marlise; ANDRADE, LucianaMulheres, Violências, Pandemia e as Reações do Estado Brasileiro. In MATTA, Gustavo Corrêa et al. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

MEDEIROS, Carolina Salazar L’armée Queiroga de. **Reflexões sobre o punitivismo da Lei “Maria da Penha” com base em pesquisa empírica numa Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Recife**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Católica de Pernambuco. 2015.

MELIM FILHO, Oscar. **Criminalização e seleção no sistema judiciário penal**. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social** - Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (MPSP). Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - ZONA LESTE 1. **Projeto TEMPO DE DESPERTAR**, 2017, 19 p. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO%20Tutela/Eventos/Menu_Eventos/Encontro_Campos_do_Jordao/TEMPO%20DE%20DESPERTAR%20-%20PENHA%201a.%20edicao%20-%20OK.pdf.

MISTURA, Tales Furtado. **Vivências de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo: memórias e significados presentes**. 2015. 240f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-17092015-090601/pt-br.php>.

MOTTA, Claudia. Presidenta do Conselho da Mulher de Sorocaba é vítima de denúncia anônimo. **Rede Brasil Atual**. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/02/presidenta-conselho-da-mulher-de-sorocaba-vitima-denuncia-anonima/>.

MUSZKAT, Suzana. **Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero**. 2006. 207p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-26092006-091251/publico/Muszkat_Susana_tde.pdf.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. **Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência**. 2020. 232 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216055>.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza de. **“Homem é homem”**: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PIMENTA, Carlos. Contributos para a elaboração de uma tese interdisciplinar. **Revista Ideação**. Vol. 10, nº 1, 2008. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4144>.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência Urbana**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

PINTO JÚNIOR, Arnaldo. **A invenção da “Manchester Paulista”**: embates culturais em Sorocaba, 1903-1914. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, 2003.

PIRES, Marília Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v.2, n.2, p.173-182, fev. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831998000100010&lng=pt&nrm=iso.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Por uma concepção amefricana de Direitos Humanos. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.353-375.

PMs que integram Patrulha da Paz em Sorocaba participam de capacitação. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. 31 ago 2017. Disponível em: <https://tj->

sp.jusbrasil.com.br/noticias/494238338/pms-que-integram-patrolha-da-paz-em-sorocaba-participam-de-capacitacao.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Revista Tempo**, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PRATES, Paula Licursi. **A pena que vale a pena:** alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. 2013. 301f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-10102013-102151/pt-br.php>.

RAMOS, Debora. Ressocialização: Matar o criminoso para salvar o homem. **Revista Jus Navigandi**. 13 ago 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/83920/ressocializacao-matar-o-criminoso-para-salvar-o-homem>.

RECH, Carla Michele. Mediação Social: uma revisão sobre o conceito. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande, v.1, n.1, p. 97-114, jan./ago., 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/7201>.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna. 1987. 120 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2015. 160p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Ebook versão Kindle.

SÃO PAULO (estado). **Lei nº 16.659, de 12 de janeiro de 2018**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16659-12.01.2018.html>.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora Unesp. 2005. 183p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica útil. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2 jul./dez, 1995. p.71-99.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SSP). **Violência Contra as Mulheres**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/ViolenciaMulher.aspx>.

SHOTTER, John. **Imagens do homem em pesquisa psicológica**. Editora Zahar, 1977. p. 146

SOROCABA oferece rede pública de proteção à mulher das mais completas do Brasil. **Secom/Secid**. Prefeitura de Sorocaba. 2 ago. 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/sorocaba-oferece-rede-publica-de-protecao-a-mulher-das-mais-completas/>.

SOROCABA recebe vara especializada em casos de violência doméstica. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. 16 set. 2013. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=338040>.

SOUSA, Rosinaldo S. de. Direitos Humanos através da História Recente em uma Perspectiva Antropológica. **Antropologia e Direitos Humanos**. Regina Novaes e Roberto Kant de Lima (Orgs.). Niterói: Ed. Universidade Federal Fluminense, 2001.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. Editora Record, 2015.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: Um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo, Cortez, 2008.

VAN DYCK, Brandon. A democracia brasileira está em perigo? **EXAME CEO**, p.44-49, set. 2018. Disponível em:
https://scholar.harvard.edu/files/brandonvandyck/files/ceo30_artigo_brandon_van_dyck_1.pdf

VIVEROS VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Tradução de Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. 224p.

WHO CORONAVIRUS. **Dashboard**. 2022. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Último acesso: 25 mai 2022.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. La Filosofía del Sistema Penitenciario en el Mundo Contemporáneo. **THEMIS: Revista de Derecho**, Lima (Peru), n. 35, p. 179-191, 1997. Disponível em:
<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/themis/article/view/11766>.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, 13(3) 1999.

ZORZELLA, Vívian Lorea; CELMER, Elisa Girotti. Grupos de reflexão sobre gênero com homens acusados de violência doméstica: percebendo vulnerabilidades e repensando polarizações. In: **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas**. Universidade Federal da Paraíba v. 5, n. 01, 2016. p.92-111.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de Entrevistas para Assistidos do CERAV

Roteiro de Entrevista

Nome do entrevistado: _____

Nome fictício do entrevistado: _____

Nome da pesquisadora: _____

Data da entrevista: ___/___/___ Local de realização: _____

Contato inicial:

- Agradecer pela disponibilidade em realizar a entrevista
- Apresentação da pesquisadora
- Apresentação dos objetivos da pesquisa
- Entrega e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com duas vias assinadas.
- Explicação das informações contidas no TCLE
- Confirmação da assinatura do TCLE
- Lembrar ao entrevistado que a entrevista será gravada e que sua **participação poderá ser interrompida no momento em que achar necessário.**

Procedimento inicial:

- Confirmar se a entrevista está sendo gravada
- Iniciar o diálogo

Questões para a entrevista

- 1) **Você pode se apresentar, falar seu nome, idade e profissão, por favor?**
- 2) **Eu gostaria de saber como está a sua vida atualmente, seu trabalho, seus relacionamentos afetivo, familiar, com amigos ...***Objetivo: entender como ele se vê, se vive com a denunciante ou com outra companheira, se vive só, se namora, se tem filhos, relacionamento com eles, ex-companheira, amigos homes/mulheres, entre outros aspectos.*
- 3) **Como você se sentiu e reagiu quando recebeu a denúncia como autor de violência contra a mulher com base na Lei Maria da Penha e que levou você a participar do Grupo Reflexivo?**
- 4) **Por que você acha que foi denunciado naquela ocasião/naquele dia? Qual o tipo de conflito que vocês estavam vivendo na ocasião da denúncia e como foi no dia da denúncia.** *Objetivo: Entender o contexto da denúncia, e quais os sentimentos ele demonstra ter sobre o fato de ter sido denunciado.*
- 5) **Como você se vê tendo que participar dos grupos reflexivos? Qual é a imagem que você tem de si mesmo? Por que se vê assim?**
- 6) **Como se sentiu quando participou do primeiro encontro de grupo reflexivo?**
- 7) **Como tem se sentido após participar de alguns encontros?**
- 8) **Existem assuntos que você considera como mais importantes? Quais? Por que?**

- 9) Teve algum assunto que você considerou polêmico ou te trouxe desconforto?
- 10) O que você pensa sobre os grupos reflexivos?
- 11) Como é para você ser atendido por mulheres? Você se sente desconfortável?
- 12) Você acha que um homem teria mais tato para lidar com os grupos reflexivos? Por que?
- 13) Você considera que aprendeu alguma coisa de importante para melhorar seus relacionamentos com as pessoas em geral? *O que foi e por que? (Em caso positivo) / e por que? (Em caso negativo)*
- 14) Você destaca alguma coisa que foi importante nas discussões do grupo para ajudar você a refletir/ lidar com a questão da violência (em relação às mulheres), em especial?
- 15) Como você avalia, atualmente, ter recebido como “pena” a participação nos encontros do grupo durante esses meses?
- 16) O que você acha que poderia ser diferente no CERAIV? Do que você sente falta? Por que?
- 17) Você se sente acolhido? Por que?

Questões sobre a percepção da condição do homem e da mulher na sociedade e nas relações de gênero

- 18) O que é ser homem para você hoje?
- 19) Quem e/ou qual é a sua referência de masculinidade?
- 20) Você já conversou com alguém sobre o que significa ser homem?
- 21) Vamos conversar agora como você está vendo a situação dos homens tendo em vista o novo papel das mulheres na sociedade. Como você acha que é ser homem hoje em dia? **E ser mulher hoje em dia?** *Objetivo: Explorar a presença de concepções tradicionais ou não em relação ao tema, identificando mudanças decorrentes da participação no grupo.*
- 22) Você considera que as mudanças de “costume” e modo de ser dos homens e das mulheres melhorou ou dificultou os relacionamentos afetivos, conjugais e familiares nos dias de hoje? *(Explorar mudanças nas percepções das relações de gênero)*

Histórias/trajetórias de vida na infância, juventude, vida adulta, tipos de vivências e a questão da violência

- 23) Sabemos que é muito difícil mudar nossa maneira de pensar de uma hora para a outra. Por isso, eu gostaria de saber de você se você acha que a sua maneira de pensar atual tem mais a ver com o tipo de educação recebida na sua família (do seus pais), na escola ou com as trocas de ideias com os amigos/amigas na adolescência e mesmo na vida adulta?
- 24) Você pode me dizer quais são as boas e/ou más lembranças de sua infância, de como ela (a infância) era, se os seus pais se davam bem ou se havia conflitos/episódios de violência na sua família/vida que marcaram a sua vida ou a sua maneira de pensar atual, de maneira positiva ou negativa? *Identificar se vivenciou na infância problemas de violência na família*

Questões sobre experiências atuais e desconstrução de estereótipos de gênero e tipo de valorização da experiência no Grupo Reflexivo

- 25) Se você não tivesse sido encaminhado pelo Sistema de Justiça para participar dos grupos reflexivos, você acha que teria buscado, em algum momento da sua vida um órgão como o CERAV?
- 26) Você recomendaria o tipo de experiência que tem vivido ao participar do grupo reflexivo para outros homens que praticam violência contra as mulheres? Por que?
(Explorar os motivos da resposta positiva ou negativa em termos da valorização ou não da experiência vivida)
- 27) Você conhece a Lei Maria da Penha? O que pensa sobre ela em termos de justiça?
Entender como vê a LMP
- 28) O que você pensa sobre ter uma mulher pesquisando sobre homens e violências?
- 29) Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que não foi questionada?

ANEXO B – Roteiro de Entrevistas para Mediadoras do CERAV

Roteiro de Entrevista¹

Nome da(o) entrevistada(o): _____

Nome da pesquisadora: _____

Data da entrevista: ___/___/___ Meio de realização: _____

Contato anterior à entrevista: Envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com duas vias assinadas. Pedido de retorno do TCLE**Contato inicial:** Agradecer pela disponibilidade em realizar a entrevista Apresentação da pesquisadora Apresentação dos objetivos da pesquisa Explicação das informações contidas no TCLE Confirmação da assinatura do TCLE Lembrar ao entrevistado que a entrevista será gravada e que sua **participação poderá ser interrompida no momento em que achar necessário.****Procedimento inicial:** Confirmar se a entrevista está sendo gravada Iniciar o diálogo**Questões para a entrevista**

- 1) Você poderia se apresentar? Conte quem é você, de onde você veio, qual a sua formação e como chegou ao Projeto CERAV, e qual o seu trabalho lá?**

Objetivo: Obter nome, idade, formação, naturalidade. Compreender quem é o entrevistado, porquê decidiu trabalhar com homens autores de violência e qual o papel da entrevistada na organização.

- 2) Poderia me contar sobre como é o Projeto, um pouco da história, funcionamento e objetivos? Como o CERAV é mantido financeiramente?**

Objetivo: Compreender como é a estrutura do projeto, quem são os profissionais envolvidos e qual o papel do entrevistado na organização.

¹ Este é um roteiro padrão pensado para uma potencial primeira entrevista com mediadores do Projeto Tempo de Despertar. As questões serão adaptadas para os mediadores do CERAV e para os participantes de ambos, sendo retirados os campos e as perguntas que não forem pertinentes e adicionando as que surgirem no momento.

- 3) **Quem são os profissionais envolvidos e como se qualificam para a atuação no CERAV? São incentivados a participar de cursos de formação sobre as temáticas de gênero?**
Objetivo: Verificar como ocorre o atendimento e acolhida dos autores e compreender qual é a qualificação dos profissionais envolvidos e a sensibilidade para as questões de gênero e da violência.
- 4) **Como é a relação entre homens e mulheres que atuam no Projeto?**
Objetivo: Verificar se há a promoção de relações de gênero igualitárias no interior da organização
- 5) **Porque você decidiu trabalhar com grupos reflexivos? Enquanto mulher, qual a sua percepção sobre os grupos?**
Objetivo: Compreender o que o entrevistado entende sobre sua atuação nos grupos.
- 6) **Quais são os maiores desafios do Projeto em condições normais? Considerando o contexto da pandemia, quais foram as dificuldades encontradas?**
Objetivo: Compreender quais têm sido os desafios e se há perspectivas de contornar a situação.
- 7) **Qual o perfil dos homens atendidos pelo CERAV e como são encaminhados para vocês?**
Objetivo: Saber se há casos não acolhidos e quais as condições de participação dos assistidos.
- 8) **Costuma haver evasão entre os participantes? Em caso afirmativo ou negativo, porque isso ocorre?**
Objetivo: Em caso positivo: Verificar se há desinteresse dos participantes ou quais as causas para o abandono das atividades; como reverter esse quadro. Em caso negativo: o que mantém os participantes lá.
- 9) **Você poderia contar como é a sua relação com os assistidos?**
Objetivo: Compreender se o entrevistado partilha de sentimentos semelhantes aos dos assistidos ou não.
- 10) **Com base na sua experiência, você poderia contar um pouco sobre os efeitos dessas reuniões na vida dos participantes? Como você avalia a eficácia/eficiência dos grupos reflexivos?**
Objetivo: Compreender, pela ótica da entrevistada, qual papel o Projeto desempenha na vida dos participantes; se eles têm uma devolutiva dos homens a respeito das mudanças.
- 11) **Como você acha que o seu trabalho e os grupos reflexivos são percebidos pela sociedade sorocabana e entorno?**
Objetivo: Compreender se já experienciou alguma situação em que o projeto fora desqualificado ou elogiado por focar atenção em homens autores de violência, quando muitas políticas públicas estão voltadas para as mulheres ou para o encarceramento do agressor.
- 12) **Você poderia me indicar um ou dois nomes para a continuação da pesquisa?**
- 13) **Há algo que queira acrescentar sobre algo que não conversamos ou que considera relevante sobre esse assunto?**

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assistidos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS / PROGRAMA DE
PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução 466/2012 do CNS)

**“MASCULINIDADES E VIOLÊNCIAS: uma análise das construções sociais de
homens em grupos reflexivos”**

Eu, **Franciele Regina Demarchi**, estudante do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, *campus* Sorocaba o convido a participar da pesquisa **“Masculinidades e Violências: uma análise das construções sociais de homens em grupos reflexivos”** orientada pela Profa. Dra. Vanda Aparecida da Silva.

A busca por medidas que promovam o rompimento do ciclo da violência doméstica tem impulsionado o Poder Judiciário e outras instituições a adotar ações de atendimento ao autor da violência. O acolhimento dos autores de violência por meio de grupos reflexivos tem propiciado uma redução da ocorrência e reincidência da violência. Em consenso com outras pesquisas científicas, assumindo parâmetros que o responsabilizam e o levam a reflexão, os grupos contribuem para o exercício do diálogo entre homens e mediadores. A proposta deste estudo é analisar o papel dos grupos reflexivos como ferramenta de combate à violência doméstica.

Você foi selecionado (a) por ser assistido pelo Programa CERAV, onde o estudo será realizado, sendo convidado a participar de entrevista semiestruturada com tópicos sobre os diversos aspectos que envolvem a sua participação no programa. A entrevista será individual, realizada em meio eletrônico ou quando a estrutura permitir, no local das atividades ou em outro local, se assim o preferir.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e também constrangimento e intimidação. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento.



Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área dos Estudos de Gênero e da Condição Humana, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para a criação de políticas públicas de combate e prevenção à violência doméstica. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o senhor pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, na sua participação no projeto e/ou em processo judicial ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas pseudônimos, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio e/ou vídeodas entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta. Você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar à pesquisadora pelo telefone (016) 99220-8249. Você receberá uma

via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato (24horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Franciele Regina Demarchi
 Endereço: Rua Josepha Sanches Ribeiro, 27, Jardim Agarrussi, Itu/SP – CEP 13309-462
 Contato telefônico: (16)99220-8249 e-mail: franciele.demarchi@estudante.ufscar.br
 UFSCar – *câmpus* Sorocaba – Rod. João Leme dos Santos, km 110 – SP-264, Bairro do Itinga, Sorocaba/SP – CEP 1852-780

Local e data: _____

 Franciele Regina Demarchi

Nome da Pesquisadora



 Assinatura da Pesquisadora

 Nome do Participante

 Assinatura do Participante

ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para mediadoras

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS / PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução 466/2012 do CNS)

**“MASCULINIDADES E VIOLÊNCIAS: uma análise das construções sociais de
homens em grupos reflexivos”**

Eu, **Franciele Regina Demarchi**, estudante do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, *campus* Sorocaba o(a) convido a participar da pesquisa **“Masculinidades e Violências: uma análise das construções sociais de homens em grupos reflexivos”** orientada pela Prof^a. Dr^a. Vanda Aparecida da Silva.

A busca por medidas que promovam o rompimento do ciclo da violência doméstica tem impulsionado o Poder Judiciário e outras instituições a adotar ações de atendimento ao autor da violência. O acolhimento dos autores de violência por meio de grupos reflexivos tem propiciado uma redução da ocorrência e reincidência da violência. Em consenso com outras pesquisas científicas, assumindo parâmetros que o responsabilizam e o levam a reflexão, os grupos contribuem para o exercício do diálogo entre homens e mediadores. A proposta deste estudo é analisar o papel dos grupos reflexivos como ferramenta de combate à violência doméstica.

Você foi selecionado (a) por ser profissional (a) do Programa CERAV, onde o estudo será realizado, sendo convidado a participar de entrevista semiestruturada com tópicos sobre os diversos aspectos que envolvem o seu trabalho no programa e suas atividades enquanto profissional neste meio. A entrevista será individual, realizada em meio eletrônico ou quando a estrutura permitir, no local de trabalho ou em outro local, se assim o preferir.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e também constrangimento e intimidação. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as



perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área dos Estudos de Gênero e da Condição Humana, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para a criação de políticas públicas de combate e prevenção à violência doméstica. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídos pseudônimos, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio e/ou vídeo das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta. Você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar à pesquisadora pelo telefone (016) 99220-8249. Você

receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato (24horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Franciele Regina Demarchi
 Endereço: Rua Josepha Sanches Ribeiro, 27, Jardim Agarrussi, Itu/SP – CEP 13309-462
 Contato telefônico: (16)99220-8249 e-mail: franciele.demarchi@estudante.ufscar.br
 UFSCar – *câmpus* Sorocaba – Rod. João Leme dos Santos, km 110 – SP-264, Bairro do Itinga, Sorocaba/SP – CEP 1852-780

Local e data: _____

 Franciele Regina Demarchi

Nome da Pesquisadora

 Nome do(a) Participante



 Assinatura da Pesquisadora

 Assinatura do(a) Participante

ANEXO F – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Masculinidades e Violências: uma análise das construções sociais de homens em grupos reflexivos

Pesquisador: FRANCIELE REGINA DEMARCHI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40418420.5.0000.5504

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas e Biológicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.576.187

Apresentação do Projeto:

Desenho:

Este projeto pretende analisar as relações sociais e construção de padrões de masculinidades no interior de dois projetos que promovem reuniões com grupos de reflexão com homens autores de violência doméstica: o Centro Estabilizado de Reabilitação do Autor da Violência Doméstica - CERAV, em Sorocaba; e o Projeto Tempo de Despertar, na capital paulista. Após revisão bibliográfica, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos - homens participantes e mediadores dos encontros.

Resumo:

Este projeto de pesquisa objetiva compreender a construção das masculinidades, as relações sociais e os significados à violência contra a mulher por homens autores de violência doméstica. A análise ocorrerá através da observação das reuniões de grupos de reflexão dos programas "Tempo de Despertar" da cidade de São Paulo e do CERAV de Sorocaba. Como meio de alcançar tal objetivo, dividiremos a pesquisa em três etapas: em um primeiro momento, por meio de revisão bibliográfica, colheremos os referenciais preliminares para interpretação dos dados; na sequência,

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.576.187

Outros	RoteiroEntrevistaPTD.pdf	08/11/2020 14:38:35	FRANCIELE REGINA DEMARCHI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLs.pdf	08/11/2020 14:31:06	FRANCIELE REGINA DEMARCHI	Aceito
Declaração de concordância	Cartas.pdf	08/11/2020 14:30:39	FRANCIELE REGINA DEMARCHI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	08/11/2020 14:25:52	FRANCIELE REGINA DEMARCHI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 05 de Março de 2021

Assinado por:

ADRIANA SANCHES GARCIA DE ARAUJO
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
 UF: SP Município: SAO CARLOS
 Telefone: (16)3351-9685 E-mail: cephumanos@ufscar.br